

TOMÁS DE AQUINO:
O mestre, o aluno e os aspectos educacionais na obra *De Magistro*¹

THOMAS AQUINAS:
The Teacher, the Student, and the Educational Aspects in De Magistro

Eduardo Henrique de Moura Junior²

Orientação: Dr. Marcos Roberto Nunes Costa³

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo abordar alguns aspectos do processo de ensino na visão de Santo Tomás de Aquino, presentes em sua obra *De Magistro* (*Sobre o Ensino*). Neste processo, iremos discutir sobre o papel do mestre (professor) e do aluno (discípulo) e como Tomás definiria o ato de ensinar realizado pelo mestre. A referida obra é dividida em 4 artigos que serão apresentados posteriormente ao leitor, mesmo que todos os quatro não sejam o objeto do presente trabalho. O texto propõe apresentar o papel do mestre e do discípulo nesse processo, quem ensina quem, a viabilidade de ser mestre de si mesmo e a natureza do ato de ensinar; se é uma ação da vida ativa ou da contemplativa. Por fim, fazendo uma analogia, o Doutor Angélico compara a ação do ensino a um movimento que leva da potência ao ato do saber, igualando por muitas vezes o papel do professor ao do médico. Dessa forma, o médico promove a saúde no paciente pela atuação de sua própria natureza, utilizando instrumentos e remédios visando esse fim, analogamente opera o professor, por meio de sinais, promove o conhecimento no aluno pela atividade de sua razão natural, aproveitando as potencialidades deste último como um motor para o conhecimento que é a finalidade do ato de ensinar.

Palavras-chaves: *De Magistro*; Ensino; Educação; Professor; Aluno.

Abstract: This paper aims to address some aspects of the teaching process from the perspective of Saint Thomas Aquinas, as presented in his work *De Magistro* (*On Teaching*). In this process, we will discuss the role of the master (teacher) and the student (disciple) and how Thomas would define the act of teaching carried out by the master. The aforementioned work is divided into four articles that will be presented to the reader later, even though all four are not the object of this paper. The text proposes to present the role of the master and the disciple in this process, who teaches whom, the viability of being a master of oneself and the nature of the act of teaching; whether it is an action of the active or contemplative life. Finally, drawing an analogy, the Angelic Doctor compares the action of teaching to a movement that leads from potency to the act of knowledge, often equating the role of the teacher with that of the doctor. In this way, the doctor promotes health in the patient through the action of his own nature, using instruments and medicines for this purpose. Similarly, the teacher operates by means of signs, promoting knowledge in the student through the activity of his natural reason, taking advantage of the potential of the latter as a motor for knowledge, which is the purpose of the act of teaching.

Keywords: *De Magistro*; Teaching; Education; Teacher; Student.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelo seguinte membro: Me. Lucas Dantas Gueiros, na seguinte data: 05 de agosto de 2025.

² Graduando em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: eduardo.junior@ufpe.br.

³ Professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

1 Introdução

1.1 Um breve preâmbulo: à questão do ensino/aprendizagem em Tomás de Aquino e a sua relevância

Abordar os aspectos e a estrutura do pensamento educacional de um pensador medieval como Tomás de Aquino não deve ser entendido como um retrocesso intelectual, porque este grande teólogo e filósofo oferece uma valiosa contribuição em seus escritos até mesmo para o entendimento contemporâneo sobre a educação. Suas reflexões sobre o ensino e aprendizagem abordam aspectos fundamentais da formação humana que permanecem perenes em qualquer investigação séria sobre o assunto. Diante de um tempo marcado pela constante fluidez e a busca incessante por respostas rápidas, frequentemente oferecida por soluções mecanicistas, a proposta tomista⁴ sobre o processo educativo, centrada no desenvolvimento do conhecimento a partir das potencialidades intrínsecas do aluno, revela-se como uma abordagem profundamente humana.

Por esses motivos, o Aquinate se afasta da concepção de ensino como mera transmissão de conteúdo por parte do professor, destacando a importância da participação ativa do discípulo durante todo o processo educativo. Com o auxílio indispensável do mestre, o aluno é capaz de realizar uma profunda *edução* do ato⁵ cognitivo, isto é, concretizar o conhecimento em sua plenitude, visando um fim: a aquisição do saber por parte do aprendiz.

Dessa forma, ao refletirmos sobre as práticas pedagógicas, o pensamento de Tomás de Aquino pode oferecer uma importante contribuição para se repensar a relação entre professor e

⁴ É preciso esclarecer a preferência aqui adotada pela terminologia tomista e não tomásica ou tomasiana como é frequentemente utilizada nas dissertações brasileiras. Aplicamos em nossos escritos a terminologia de visão tomista porque nos recusamos a usar a terminologia tomasiana. A explicação é simples: quem introduziu no Brasil a distinção entre *thomistisches denken* (pensamento tomista) e *thomasisches denken* (pensamento tomasiano) foi Henrique de Lima Vaz, que em sua obra esboçou, segundo a nossa perspectiva, uma prejudicial síntese entre Hegel e Santo Tomás de Aquino que induz a alguns erros sobre o pensamento do Aquinate. Porém o que nos faz recusar esta distinção – além de ela ir contra séculos de tradição no seio da escolástica – é o fato de sugerir quase uma oposição entre a *forma mentis* do pensamento de Santo Tomás e o dos tomistas, seus seguidores e continuadores, o que admitimos ser falso seguindo a argumentação apresentada aqui é defendida especialmente pelo Sidney Silveira em sua obra: 2024, p.172.

⁵ Como esclarece Édouard Hugon sobre a noção de ato e potência, ele afirma: "Entre as coisas atestadas pelo senso comum, há aquelas que podem ser, mas ainda não são, e aquelas que já são. O que pode ser encontra-se em potência, enquanto o que já é está em ato: a criança de um dia é filósofo em potência, enquanto o escritor que publicou um tratado de metafísica é filósofo em ato; o mármore pode se tornar uma bela virgem, e é estátua em potência; o cinzel do artista, ao esculpi-lo, transforma-o em obra-prima, fazendo com que o mármore seja estátua em ato; o candidato a um mandato legislativo é deputado em potência, enquanto o eleito é deputado em ato" (Hugon, 1998, p. 41). Essas noções encontram-se de forma clara na obra de Tomás de Aquino, especialmente na *Suma Teológica* (1ª Parte, q. 77, art. 1), assim como no comentário de Aquino à *Metafísica* (VII, 1; IX, 1,9), conforme referido por Édouard Hugon (1998, p. 41).

aluno, bem como o papel do ensino na formação integral do indivíduo. Defende-se que a concepção de ensino não consiste em uma simples comunicação de conteúdo, mas sim no reconhecimento das potencialidades do educando, visando à condução dessas capacidades para a efetiva realização do ato de conhecer.

Essa concepção traz implicações importantes para a compreensão do desenvolvimento educacional atual. Em um contexto marcado pela despersonalização da educação e que enfrenta desafios com a excessiva ênfase em métodos didáticos simplistas e mecanicistas, revisitar a pedagogia tomista pode oferecer contribuições significativas e inspirar novas abordagens pedagógicas. Nesse sentido, nas palavras do Aquinate, “com efeito, assim como é mais perfeito iluminar do que apenas brilhar, assim também é mais perfeito comunicar aos outros o que se contemplou [aprendeu] do que apenas contemplar [sozinho]” (Aquino, *S.Th.* II-II, 2006, v. 7, q.188, art. 6, p.745. v.7)⁶.

Portanto, antes de mais nada, é preciso afirmar que os pressupostos do processo de ensino/aprendizagem, na perspectiva de Tomás de Aquino⁷, estão enraizados especialmente em sua antropologia filosófica e na teoria do conhecimento que possuem uma grande raiz aristotélica, mas não exclusivamente nesta. Dito isso, é preciso esclarecer alguns aspectos concernentes à relação pedagógica propostas pelo Aquinate, notadamente nas *Questões*

⁶ "*Sicut enim maius est illuminare quam lucere solum, ita maius est contemplata aliis tradere quam solum contemplari*" (Aquino, *S.Th.* II-II, q.188, art. 6, 2006, v. 7, p.745).

⁷ Tomás de Aquino é aclamado por muitos no mundo ocidental como um grande mestre na filosofia e teologia. Como diz Édouard Hugon: “Tomás de Aquino é indubitavelmente o máximo teólogo da igreja” (1998, p.12). Tomás foi um religioso católico da Ordem dos Pregadores O.P. (Dominicanos) e viveu durante o século XIII. Nasceu em meados de 1224/25, no castelo de Roccaseca, na Itália, pois era de uma família de nobres a serviço do Imperador Frederico II (cf. Oliva; Imbach, 2021, p. 17). Desempenhou um papel crucial durante o que ficou conhecido como o "século áureo" da Escolástica. Por volta de 1230, com a esperança de vê-lo se tornar abade, o Aquinate foi enviado pelos pais, Landolfo e Teodora, para o mosteiro de Monte Cassino como oblato da ordem Beneditina aos 5 anos. Em 1245, Tomás de Aquino iniciou seus estudos universitários em Paris, tendo como mestre o Frei Alberto de Colônia, dito Santo Alberto Magno (1206-1280). Depois de ter lecionado em Paris, entre 1252-1259, o Aquinate seguiu para Orvieto, em 1261, onde residirá até 1265. Já entre 1268-1272, ele voltou a ensinar novamente em Paris. No entanto, o último palco de sua ação docente foi no *Studium Theologicum* [Estudo teológico] de Nápoles, em torno de 1272-1274. Em 1274, foi então convocado por Gregório X, Papa da época, para participar do Concílio de Lyon (Lião), como teólogo pontifício. Passando pelo castelo de Maenza, residência de sua sobrinha Francisca (cf. Oliva; Imbach, 2021, p. 31), ficou gravemente doente. Percebendo que piorava, pediu aos seus monges para ser levado ao mosteiro cisterciense de Fossanova, perto de Terracina, ao sul de Roma (cf. Costa, 1993, p. 32), em que veio a falecer depois de um mês, até a aurora do dia no dia 7 de março de 1274, quando terminou seus dias, não tendo completado seus 50 anos de idade (cf. Oliva; Imbach, 2021, p. 31). Foi canonizado, em 18 de julho de 1323, pelo Papa João XXII e proclamado Doutor da Igreja, em 1567, pelo Papa Pio V. Tomás de Aquino deixou como legado uma obra monumental que, uma vez publicada na íntegra em edição crítica, ocupará o espaço de 50 volumes in folio (a chamada Edição Leonina). Contudo, a sua obra mais importante e conhecida é a *Suma de Teologia*, a qual trata com profundidade de todas as questões fundamentais da Teologia Católica e de interesse filosófico. Além desta, pode-se mencionar também a *Suma Contra os Gentios*, o *Compêndio de Teologia*, as *Questões Disputadas*, também as obras de caráter mais filosófico como *A Unicidade do Intelecto contra os Averroístas* e *O Ente e a Essência*. Para se compreender com maior profundidade a biografia do Aquinate ver: Torrel, 1999.

Disputadas Sobre a Verdade onde, na questão de número 11 Tomás trata do problema do mestre e do ensino, daí o referido artigo comumente ser separado e chamado de *De Magistro*, sendo, por sua vez, traduzido e publicado com o nome de *Sobre o Mestre* ou *Sobre o Ensino*⁸.

Desse modo, na supramencionada obra do Aquinate, o professor é frequentemente identificado como motor para o saber, assim como a alma é a forma do corpo (cf. Aristóteles, *De anima*, II, 1, 412b10) e o guia⁹. De maneira semelhante, são também os alunos, conduzidos pelo mestre na direção de um fim valioso que seja o melhor possível para eles, atuando ambos ativamente na realização deste processo. Igualmente no *Comentário à Metafísica de Aristóteles*, analisando acerca da antropologia presente na *Política* do Estagirita, o Tomás de Aquino diz:

Assim como ensina o Filósofo¹⁰ na sua *Política*, quando muitos se ordenam a um [fim], é preciso que um deles seja o regulador ou regente, e os demais os regulados ou regidos. Isso fica claro na união da alma com o corpo, pois a alma naturalmente impera e o corpo obedece¹¹ (Aristóteles, *Política*, I, c. 5, 1254^a 34-36).¹²

Este importante fragmento do livro da *Política* de Aristóteles ressalta a hierarquia e a dinâmica entre liderança e subordinação defendidas por Tomás e que deve existir nesta relação para que o fim desejado seja alcançado perfeitamente. Utilizando uma analogia entre alma e corpo, segundo Aristóteles, quando muitos se unem por um objetivo comum e bom, que no caso do ensino é a transmissão e aquisição do conhecimento, é necessário que haja um regulador ou regente, que guie e direcione os demais em busca desse fim. Essa ideia é fundamental para que possam entender o processo de aprendizagem na visão do Aquinate, onde, fazendo a analogia

⁸ Como afirma Luiz Jean Lauand, na Introdução à sua tradução do *De magistro* de Tomás de Aquino (cf. 2001, p. 3), as *Questões Disputadas* fazem parte da primeira regência de Tomás na Universidade de Paris 1256 a 1259. As Questões 1 a 7 (sobre a verdade; o conhecimento de Deus; as ideias divinas; o verbum; a Providência Divina; a predestinação e o "livro da vida") são do ano letivo 1256-1257; as de 8 a 20 (sabedoria angélica; comunicação angélica; a mente como imagem da Trindade; o ensino; a profecia como sabedoria; o êxtase; a fé; a razão superior e inferior; a sindérese; a consciência; o conhecimento de Adão no Paraíso; o conhecimento da alma depois da morte e o conhecimento de Cristo nesta vida), de 1257-1258, e as de 21 a 29 (a bondade; o desejo do bem e a vontade; a vontade de Deus; o livre-arbítrio; o apetite dos sentidos; as paixões humanas; a graça; a justificação do pecador e a graça da alma de Cristo), de 1258-1259.

⁹ O Aquinate segue à risca Aristóteles quando ele afirma que a alma é princípio intrínseco de movimento nos entes, conforme exposto na obra do Estagirita *De anima*, II, 1, 412a, 27-28 e II, 415b, p. 8, pois ela é o motor que conduz os homens em vista de um fim superior. Assim o movimento nos seres vivos, por sua vez, deriva do desejo: "O movimento é único: a faculdade apetitiva" (Aristóteles, *De anima*, III 10, 433a, 21), e, precisamente, o desejo, que é "uma espécie de appetite" (Aristóteles, *De anima*, III, 10, 433a, 25-26). E o desejo é posto em movimento pelo objeto desejado, que o ser capta mediante as sensações ou do qual, em todo caso, tem representações sensíveis. Appetite e movimento dependem, pois, estritamente das sensações.

¹⁰ Tomás de Aquino utiliza a expressão "o Filósofo", com a inicial maiúscula, como referência a Aristóteles. Sempre que esta terminologia aparece dessa forma, trata-se de uma alusão direta ao pensador grego. N.E.

¹¹ A presente citação na qual o Aquinate menciona a obra de Aristóteles encontra-se no *Comentário à Metafísica de Aristóteles* (cf. Aquino, 2016, p. 23), que faz referência à obra *Política*, I, c. 5, 1254a 34-36 (cf. Aristóteles, *Política*, 1998, p. 61-62).

¹² A presente citação encontra-se no prêmio da obra: Aquino, *Comentário à Metafísica*, 2016.

com a relação hierárquica entre alma e corpo, o professor (ou a alma) desempenha o papel de regulador e os alunos (ou o corpo) são os regulados.

Nessa visão, o professor é visto como o agente que deve liderar e orientar o processo educacional, pois já vivenciou esse percurso durante sua formação pessoal e detém, agora, em ato, um conhecimento adequado e pleno do objeto que se propõe a ensinar. Entretanto, os alunos, são aqueles que iniciaram seus estudos e ainda desconhecem ou não possuem, neste primeiro momento, o domínio do objeto ao qual estão estudando. Desse modo, precisam receber boas instruções e seguir as diretrizes estabelecidas pelo mestre em vista de realizar esse fim. Essa relação progressiva é fundamental para o desenvolvimento do processo educativo, no qual o professor atua como um instrumento ou agente que estimula e impulsiona as potencialidades internas dos alunos, visando à concretização do aprendizado, que constitui o fim comum do ato de ensinar. Nesse sentido, a citação de Aristóteles ressalta fortemente a importância e o papel do professor na ação educacional, destacando sua particular função como guia e mentor, responsável por conduzir os alunos no caminho do conhecimento; o objetivo final dos alunos é a aquisição desse saber e o fim particular do professor é que seus alunos alcancem com maior perfeição esse fim.

Esse dinamismo de liderança e subordinação é fundamental no percurso educativo, no qual o mestre exerce influência significativa na formação dos educandos, especialmente em seu desenvolvimento intelectual e acadêmico. Esse processo, presente no pensamento de Tomás de Aquino, será analisado de forma mais ampla e detalhada, configurando-se como um caminho que deve ser o espelho e guia do professor em sua prática educativa.

2 O *De Magistro* de Tomás de Aquino

2.1 Algumas considerações sobre a obra, o método e seu objetivo

Como já foi esclarecido no capítulo anterior, o *De Magistro*, não é uma obra isolada de Santo Tomás de Aquino, mas ela integra um conjunto maior com várias outras, a saber: As *Questões Disputadas* (*Questiones Disputatae*). De modo especial, essa questão se insere em um primeiro bloco temático dedicado à *Questão da Verdade* (*De veritate*), formuladas durante a primeira regência do Doutor Angélico na Universidade de Paris, entre os anos de 1256 a 1259. Nele Tomás aborda o problema do ensino e da aprendizagem, razão pela qual é separada isoladamente e denominada de *De Magistro*, por sua vez, traduzida no português com o título de *Sobre o Mestre* ou (*Sobre o Ensino*). Tratando-se da questão de número 11, entre as várias

questões referentes aos diversos temas filosóficos e teológicos presentes e expostos com bastante clareza neste escrito.

A “*Quaestio Disputata*” é uma técnica ou método pedagógico desenvolvido na Idade Média, caracterizando-se pela discussão sobre um tema específico, passando a ser essencial para a prática filosófica nas universidades do medievo, especialmente na de Paris. A proposta é debater cada tema (questões/*Quaestiones*) em quatro artigos ou etapas, conforme o modelo e o método de pesquisa e de exposição pública na época da Universidade de Paris. Para tal, ao se iniciar cada artigo, Tomás começa apresentando ao leitor o tema e as objeções à temática apresentada, algo que pode confundir o leitor desavisado num primeiro momento. Em seguida, ele passa pelos argumentos contrários às objeções, modernamente conhecidos como tese e antítese. Posterior a isso, ele apresenta uma solução e as devidas respostas às objeções. Nesse sentido, Tomás segue à risca o modelo aristotélico de investigação, já bastante conhecido, de retorno ao passado em busca de fornecer novas soluções às questões debatidas pelos antigos filósofos.

Nesse processo, em geral, o Aquinate recorre à tradição filosófica, para depreender delas uma solução ao problema tratado buscando uma solução. De modo especial, se fundamentando no passado, mas não se atendo ao mesmo, seguindo à luz da razão em busca de verdades ainda não conhecidas ou devidamente esclarecidas, procurando saídas para as proposições disputadas ou discutidas em voga, principalmente no embate entre os mestres da Faculdade de Artes, de Bolonha, e os da Faculdade de Teologia, em Paris¹³.

Em seguida, após analisar as proposições extraídas da tradição, desenvolve respostas às objeções de todos os oponentes. Seguindo esta lógica, no que se refere à questão do ensino e da aprendizagem, a referida obra de Tomás traz a seguinte estrutura:

No primeiro artigo, pergunta-se se o homem - ou somente Deus - pode ensinar e ser chamado mestre; no segundo, se é possível dizer que alguém é mestre de si mesmo; no terceiro, se o homem pode ser ensinado por um anjo; no último, se ensinar é um ato da vida ativa ou da contemplativa.

Desse modo, para a sequência e fundamentação do presente estudo, nos apropriaremos em especial do segundo artigo, buscando entender qual é o papel do aluno e o papel do mestre neste processo de aprendizagem na visão educacional do Doutor Angélico. Além disso,

¹³Primeiras Universidades da Europa, criadas entre o século XII e XIII, com o predomínio dos assuntos teológicos. N.E.

buscaremos analisar quais são as suas implicações, contribuições e qualidades pedagógicas para a questão do ensino na contemporaneidade.

Por esse motivo, não entremos em temas de abordagem especificamente teológico-filosófica de arcabouço mais metafísico que também são discutidas na obra do Aquinate, como, por exemplo, à questão da existência ou não de um único intelecto agente separado para todos os homens, se só Deus pode ensinar, se o homem pode ser ensinado por um anjo etc. Em especial, o nosso objetivo é analisar o pensamento de Santo Tomás de Aquino no que diz respeito a sua pedagogia, ou seja, ao processo de ensino e de aprendizagem, assim como a noção de ensino que o autor defende em sua obra. Dito isso, entraremos no pensamento do autor.

3 A concepção de ensino em Tomás de Aquino

3.1 Tomás: sua noção de ensino e o papel do aluno no *De Magistro*

3.1.1 Nesta concepção de ensino, quem é o mestre de quem?

O problema referente à questão do ensino, sendo um assunto de grande importância filosófica em todos os tempos, não poderia deixar de ser abordado pelo Aquinate que era um professor. Por esse motivo, ele é proposto por Tomás nos quadros de sua antropologia e doutrina sobre o conhecimento (cf. *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p. 21). Em especial, é importante salientar também ao leitor que a palavra propriamente dita “educação” não aparece em nenhum dos escritos do nosso autor. Porém, de acordo com Jean Lauand (cf. *Ibid.*), por diversas vezes, em suas análises sobre a obra, ele sugere que a terminologia coerente com este processo de ensino é compreendida como a ação de *eduzir*¹⁴ o conhecimento *em ato a partir da potência*¹⁵. Trata-se de uma definição defendida por Tomás e da qual ele deixa evidente por diversas vezes durante o desenrolar da obra, como demonstro na seguinte passagem do *De Magistro*:

Se um homem ensina a outro homem, é necessário que torne conhecedor em ato aquele que é conhecedor em potência. Daí que é necessário que seu

¹⁴Trata-se de um eduzir o conhecimento em ato a partir da potência: “*sciencia educatur de potentia in actum*” (Lauand, *In: De mag.*, 1, obj. 10, 2001a, p. 21).

¹⁵É necessário compreender o conceito de ato no sentido aristotélico de enteléquia, ou seja, realização, perfeição que atua na atualização das coisas. A respeito deste ponto, o ato é uma noção primitiva que não pode ser definida, mas somente apreendida por intermédio de exemplos, como elucida o Estagirita. Além do mais, o ato é manifestado em sua oposição à potência. Ou como diz Henri-Dominique Gardeil: “Na realidade, a noção positiva de ato é a de acabamento, de perfeição, por oposição à potência que é imperfeição” (2013, p. 406). O ato, portanto, é aquilo que aperfeiçoa o ente. Do mesmo modo, a potência também é uma dessas noções analógicas primitivas que não pode ser definida, na mesma linha do ato. Porém, a potência designa toda capacidade de mudança ou de determinação. Todavia, não se pode confundir potência com possibilidade. Pois está pertence ao plano da razão e diz respeito a tudo aquilo que não envolve contradição; aquela, por sua vez, refere-se ao plano do real, visto que está, não em ato, na coisa (cf. Moura, 1981, p. 158). Na verdade, os conceitos de ato e potência utilizados pelo Aquinate são oriundos do pensamento aristotélico. Como afirma Giovanni Reale, “a doutrina da potência e do ato é, do ponto de vista metafísico, de grandíssima importância. Com ela Aristóteles pôde resolver as aporias eleáticas do devir e do movimento [...]. Ademais, com ela Aristóteles resolveu perfeitamente o problema da unidade da matéria e da forma: a primeira sendo potência, a segunda ato ou atuação da mesma. Enfim, o Estagirita serviu-se dela, pelo menos em parte, para demonstrar a existência de Deus e para compreender a sua natureza” (1994, p. 363-364). Mesmo que sejam conceitos intelectuais, na mente, ato e potência são realidades que se distinguem realmente na ordem extramental da natureza, sendo assim, eles são princípios do ente, como afirma o Doutor Angélico na *Suma Teológica*: “a potência e o ato dividem o ente e qualquer gênero de ente” (Aquino, *S. Th. I*, q. 77, a 1, 2020, v. 1, p.511). Por fim, vale ressaltar que, de acordo com Odilão Moura (cf. 1981, p. 159), o Aquinate não copiou, mas sim, sistematizou e aprofundou a doutrina aristotélica de ato e potência, estendendo-a a diversas partes da Filosofia e da Teologia, extraindo dela até chegar às últimas consequências.

conhecimento seja *conduzido da potência ao ato* (Aquino, *De mag.*, art. 1, obj. 10, 2001a, p.121, destaque nosso)¹⁶.

Se fundamentando em tais definições, torna-se evidente que o Aquinate compreende o ensino como sendo um *processo de inteligência no qual é realizado uma educação*¹⁷ *da potência ao ato* (Lauand, *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p. 21), ou seja, diz o Aquinate: “O professor, portanto, estimula o intelecto¹⁸ do aluno a conhecer aquelas coisas que o mestre ensina como um motor essencial, que faz surgir o ato da potência”¹⁹ (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad 12, 2001a, p. 37)²⁰; e também: “Tudo o que está em potência pode ser conduzido a ato por algo que está em ato²¹ e o que está menos em ato por algo que está em ato mais perfeito²²” (Aquino, *De mag.*,

¹⁶“*Si unus homo alium docet, oportet quod eum facit de potentia scientem actu scientem. Ergo oportet quod eius scientia educatur de potentia in actum*” (Aquino, *De mag.*, art. 1, obj. 10, 2001a, p.121).

¹⁷O conceito de “*educação*”, segundo Jean Lauand, é definido por Tomás de Aquino da seguinte maneira: Mesmo que “a própria palavra ‘educação’, embora não apareça explicitamente nas obras de Tomás, ela é sugerida diversas vezes em suas análises: trata-se de um *eduzir* o conhecimento em ato a partir da potência: ‘scientia educatur de potentia in actum’” (Aquino, *De mag.*, art. 1, obj. 10, 2001a, p.36). Ou seja, para o Aquinate, ensinar é, portanto, realizar uma educação do ato; uma condução da potência ao ato de conhecer que só o próprio aluno pode realizar nesse processo. Dessa forma, Tomás se distancia de qualquer concepção de ensino como uma mera transmissão mecânica de conhecimentos para o aluno; o professor, nesse sentido, possui uma função “*en-signar*” (*insegnare*), ou seja, apresentar sinais, estímulos através de bons instrumentos para que o aluno possa, por si mesmo, realizar a *educação* do ato de conhecimento, no sentido da sugestiva acumulação semântica que se preservou no castelhano: ensinar que é (ensinar/mostrar) o mestre mostra ao aluno como completar perfeitamente esse processo de aprendizagem e sair do estado de potência do saber para o ato de saber (cf. Lauand, *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p. 21). Nesse contexto, a comparação entre aprendizagem e cura, e entre o professor e o médico, como é destacado no artigo 1, se revela particularmente apropriada.

¹⁸Seguindo a definição extraída da *Suma Teológica* (cf. *S. Th.*, I, q. 79, a. 1, ad 3) e das *Questões Disputadas sobre a Verdade* (q. 17, resp.), Étienne Gilson afirma: “diremos simplesmente, então, que o intelecto é uma das potências da alma humana” (2024, p. 279).

¹⁹Daí também Tomás afirmar que a aquisição do conhecimento, com as devidas ressalvas, pode ser comparada às “razões seminais”, aquelas potencialidades que “não se tornam ato por nenhum poder criado, mas estão inscritas na natureza só por Deus” (obj. 5). Ressalvas, pois se trata de potencialidades que não procedem da criatura, mas que podem ser conduzidas ao ato pela ação do ensino humano (resposta a obj. 5) (cf. Lauand, *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p.21).

²⁰Tomás se distancia de qualquer concepção de ensino vista como uma transmissão meramente mecânica. O professor para Tomás deve oferecer estímulos para que o aluno possa, por si só, realizar a *educação* do conhecimento. Por esse motivo, o professor é aquele que mostra ao aluno como desenvolver esse seu potencial. Nessa empreitada, ele faz uma analogia brilhante, que utilizaremos diversas vezes, na qual o Aquinate compara a aprendizagem com a cura e o professor com o médico, especialmente no *De magistro*, art. 1.

²¹A fundamentação desta ideia de presença encontra-se no axioma aristotélico de ato e potência. O sujeito cognoscente, enquanto um ser em estado potencial para o conhecimento, necessita de algo que já esteja em ato para que essa potência se atualize. Nesse contexto, o objeto apreendido por meio da sensibilidade, fornece dados para que a inteligência, por meio da abstração, atualize a forma inteligível no intelecto humano. Assim, como apresentado acima, tal processo parte de uma mudança realizada no indivíduo pertencente à mesma ordem do conhecimento, que está em potência para a ideia, esperando que o objeto sensível a atualize, imprima, através dos sentidos, colocando-o em ato. Neste prisma, o conhecimento é compreendido como uma *educação da potência ao ato* (cf. Oliveira, 2024, p.76).

²²Entenda esta passagem da seguinte forma: o ato, como demonstra Aristóteles, é a realização de algo de modo pleno. Neste caso particular do saber, podemos fazer uma analogia com o auxílio de Henri-Dominique Gardeil (cf. 2013, p. 406). Pois bem, o aluno, quando aprende algo com o auxílio do professor, não adquire aquele saber em ato perfeito, mas apenas de modo particular à sua capacidade naquele momento. Por outro lado, o professor possui o saber em ato perfeito, pois além de saber, ele tem a capacidade de transmiti-lo. O professor é conhecedor daquele saber de modo perfeito, embora não totalmente perfeito, pois apenas Deus o possui de modo absoluto.

art. 3, *sed contra* 4, 2001a, p. 50); também nisso concorda o comentador (cf. Lauand, *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p. 21), pois, o professor conduz o aluno ao conhecimento²³ do que ele antes não sabia, ou seja, é “a condução da potência ao ato, em que o aluno é conduzido ao conhecimento do que ele [antes] ignorava”²⁴ (Aquino, *De mag.*, art.1, 2001a, p. 32). Desse modo, segundo as palavras do próprio Tomás de Aquino: “E quando a mente é conduzida a conhecer em ato as realidades particulares que já antes e como que em potência estavam naqueles universais, diz-se que adquiriu conhecimento” (Aquino, *De mag.*, art.1, 2001a, p. 32). Nesse sentido, o processo do conhecimento humano consiste na passagem do estado de potência para o ato, ou seja, na efetiva capacidade de conhecer as coisas. Trata-se aqui de uma atualização concreta e verdadeira daquilo que já estava presente, mesmo que potencialmente, no intelecto do aluno.

Portanto, é preciso atualizar a potência através da atividade do ensino, isto é, por algo externo. Por esses motivos, o professor é entendido como o ser que é conhecedor em ato e de modo perfeito daquilo que ensina, logo, deve estimular o intelecto do aluno que “conhece” no primeiro momento somente potencialmente e de modo imperfeito em vista desse fim que é o conhecer efetivo.

Desse modo, o discípulo deve ser conduzido ao conhecimento em ato pelo auxílio dos estímulos imprimidos pelo mestre, que já realizou esta mudança da ignorância ao saber e, por isso, tem propriedade para ensiná-lo. Assim, é possível conceber que esse modelo pedagógico que o Aquinate adota é de raiz aristotélica.

Para esclarecer este ponto, recorremos ao axioma expresso no proêmio de *Do Ente e a da Essência*, no qual o Filósofo afirma que “um pequeno erro no princípio torna-se grande no fim” (2025, p. 89)²⁵. Destacando, nesse sentido, a importância de uma abordagem sistemática, precisa e fundamentada em bons princípios desde o início de qualquer investigação, em vista

²³A respeito do conhecimento, o comentador explica que Tomás afirma que a aquisição do conhecimento, com as devidas ressalvas, pode ser comparada analogicamente com às “razões seminais”, ou seja, aquelas potencialidades que “não se tornam ato por nenhuma virtude (*virtus*, poder) criada, mas estão inscritas na natureza humana apenas por Deus” (art. 1., obj. 5). Ressalvas, pois se trata de potencialidades que não procedem da criatura humana, mas que podem ser conduzidas ao ato, ou seja, à plena realização, pela ação do ensino humano (resposta à obj. 5). (cf. Lauand, *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p. 21).

²⁴A simples apreensão, estágio inicial no processo de conhecimento, pode ser entendida, segundo Régis Jolivet, que afirma, sobre a simples apreensão e a ideia: Apreender significa apanhar, tomar, e a simples apreensão, do ponto de vista lógico, é o ato pelo qual a inteligência concebe uma ideia, sem afirmar nem negar nada. Difere, portanto, a simples apreensão do juízo, pois veremos que este consiste em afirmar ou negar uma coisa de outra (cf. Jolivet, 1969, p. 58). Contudo, para melhor esclarecer o pensamento do Aquinate, vale mencionar que este conhecimento aqui referido não se restringe somente ao processo da *simples apreensão das formas inteligíveis abstraídas dos sentidos*, mas também abrange a formulação de *juízos e demonstrações* por parte dos indivíduos. Pois, segundo Aquino, a aquisição da ciência, enquanto um conhecimento pelas causas, exige que, a partir dos *primeiros princípios*, o intelecto formule proposições e chegue às conclusões, realizando plenamente a passagem da potência ao ato no processo racional do conhecimento.

²⁵Cf. Aristóteles. *de Caelo et Mundo*, I, 5, 271b 13, *In: Aquino, in I de Caelo*, lect. 9, ed. Leonina, vol. III, n.4, *In: Caetano*, 2022, p.89

de alcançar o seu melhor fim. Além disso, Tomás aqui está se fundamentando em Aristóteles que sustenta que o processo de conhecimento humano deve partir das coisas mais cognoscíveis a esta natureza, isto é, mais claras ao intelecto, para, gradualmente, avançar para as mais incognoscíveis por natureza²⁶, conforme a orientação do Estagirita em sua *Física* (cf. Aristóteles, *Física*, 2024, p. 17). É através deste princípio dinâmico que se sublinha a necessidade de uma progressão ordenada no processo de aprendizagem, começando pelos conceitos mais claros e fáceis ao intelecto do aluno e, aos poucos, alcançando a apreensão dos mais complexos e obscuros. E, esse processo de desvelamento é função particular do mestre que possui a capacidade de trazer luz ao intelecto do discípulo mediante os instrumentos e mecanismos do ensino.

Observe que o Aquinate não nega que o aluno possua conhecimentos, ou que não consiga adquiri-los sozinho ou autodidaticamente, mas somente afirma que ele ainda não os possui em ato, ou seja, de modo perfeito em seu intelecto. Por isso, embora a *potência ativa*, já preexiste no homem, é ela quem possibilita a concretização desta operação. Ou seja, a passagem do conhecimento em potência para o conhecimento efetivo, *tornando propício o alcance do conhecimento em ato por parte do aluno*, pela atividade de sua razão natural que vai em busca dessas verdades. Daí, urge a necessidade de um bom mestre e ordenador que o guie durante todo esse processo visando sua plena realização.²⁷ Sendo assim, para uma compreensão mais sólida das implicações desta definição aristotélico-tomista, é preciso levar em conta alguns elementos fundamentais.

Nas realidades naturais algo preexiste ‘em potência’ de dois modos: de um, como potência ativa completa²⁸, como quando o princípio intrínseco permite atingir um ato perfeito, como é evidente nos casos de cura: graças às virtudes naturais que se encontram no doente, ele é levado da doença à saúde. De outro modo é a potência passiva, *como quando o princípio intrínseco não é suficiente para atingir o ato*, como é evidente no caso do ar que produz fogo,

²⁶A presente máxima aristotélica está presente em diversos escritos de Tomás de Aquino, especialmente nos tratados que abordam temas de cunho obscuro, metafísicos e mais desafiadores ao intelecto. Como se verifica no comentário de Aquino ao *De Anima*, ele sustenta que "devemos partir das coisas mais comuns para as menos comuns" (Aquino, *Inarr. in de anima*, 2024, v. 7, p. 169), uma ideia que remonta ao ensino aristotélico no livro *Física* (cf. Aristóteles, *Física*, 1, 1, 184a 23-24, 2024, p. 17). Essa abordagem reflete a necessidade de um percurso metodológico que comece pelos aspectos mais evidentes e próximos da experiência sensível, progredindo, de forma gradual e estruturada, para as questões mais complexas e abstratas ao intelecto, típicas da metafísica. Assim o Aquinate adota um princípio aristotélico de investigação ordenada, que visa construir um conhecimento sólido e fundamentado.

²⁷Tomás não rejeita a possibilidade de os indivíduos alcançarem o conhecimento de determinadas coisas de maneira solitária; contudo, ele ressalta que esse processo pode ser prejudicial e, em muitas ocasiões, exaustivo. Segundo ele, o auxílio de um mestre torna a transição para o conhecimento mais adequada, uma vez que o mestre é capaz de superar barreiras e abrir caminhos e possibilidades que o discípulo, sozinho, não conseguiria acessar. Isso ocorre porque o mestre já percorreu o processo anteriormente e possui o conhecimento necessário para orientar o discípulo de forma eficaz, conduzindo-o a este fim que é o saber de maneira mais eficiente e ordenada.

²⁸A Potência ativa é entendida como princípio intrínseco que permite atingir um ato perfeito (cf. Aquino, *De Mag.*, 2001a, art. 1, p.32)

o que ocorreria por força de alguma virtude contida no ar (Aquino, *De mag.*, art. 1, solução, 2001a, p. 31)²⁹.

Além disso, é preciso esclarecer alguns aspectos referentes ao processo de ensino. Primeiro, quando algo já preexiste em *potência ativa completa*, o agente extrínseco, o mestre, somente fornece os meios para que possa surgir, no *agente intrínseco*, o ato; enquanto que, quando algo preexiste como potência passiva é o agente extrínseco quem principalmente *eduz* o ato da potência. Por esse motivo, no caso do conhecimento, na visão do Aquinate, só é possível afirmar que este preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas também ativa, pois se preexistisse como potência estritamente passiva, *o homem não poderia adquirir em ato o conhecimento sendo educado por um outro*,³⁰ ou por si mesmo sendo um “mestre de si”³¹, como declara o Aquinate (cf. Aquino, *De mag.*, art 1, solução, 2001, p. 31)³².

Todavia, algo mais relevante do que a distinção conceitual propriamente dita são as consequências provenientes dos princípios teóricos elucidados anteriormente. É com base nesses fundamentos que o Doutor Angélico se distancia da concepção de ensino como uma mera transmissão mecânica dos saberes. Justamente porque se o conhecimento preexiste como *potência ativa* no interior do educando, então somente o próprio aluno, devidamente auxiliado pelo mestre, pode realizar perfeitamente esta passagem da potência para o ato do saber. Sozinho, este caminho seria mais difícil e obscuro, como o Aquinate esclarece:

²⁹“*Sciendum tamen est, quod in rebus naturalibus aliquid praeexistit in potentia dupliciter. Uno modo in potentia activa completa; quando, scilicet, principium intrinsecum sufficienter potest perducere in actum perfectum, sicut patet in sanatione: ex virtute enim naturali quae est in aegro, aeger ad sanitatem perducitur. Alio modo in potentia passiva; quando, scilicet, principium intrinsecum non sufficit ad educendum in actum, sicut patet quando ex aere fit ignis; hoc enim non poterat fieri per aliquam virtutem in aere existentem*” (Aquino, *De mag.*, art. 1, solução, 2001a, p. 31).

³⁰Ora, assim como no âmbito da saúde, o doente não consegue, por meio de uma virtude intrínseca, alcançar a saúde em ato, necessitando de uma ação exterior que favoreça o surgimento da saúde, *como é o caso dos medicamentos que estimulam as capacidades intrínsecas do organismo para promover a cura*. De maneira análoga, no processo de ensino, quando o princípio intrínseco não é suficiente para gerar o conhecimento em ato, é necessária a intervenção de um agente externo que estimule a aquisição do saber. Esse ponto é elucidado por Aquino: “*como quando o princípio intrínseco [o intelecto] não é suficiente para atingir o [conhecimento] em ato*” [sozinho] (Aquino, *De mag.*, art. 1, solução, 2001a, p. 31).

³¹A respeito deste ponto, diz o comentador: “também há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama *descoberta*; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama *ensino*” (Lauand, 2001, p.32).

³²Tomás vai dizer que a mente extrai o ato de conhecer dos particulares universais (*ex universalibus cognitionibus mens educitur* – art. 1, solução); assim leva o conhecimento ao ato, art. 1, ad 5, (cf. Aquino, *De mag.*, 2001a, p. 21). Por esse mesmo motivo, o Doutor Angélico afirma que a aquisição do conhecimento com as devidas ressalvas, pode ser comparado com às “razões seminais”, aquelas potencialidades que “não se tornam ato por nenhum poder criado, mas estão inscritas na natureza só por Deus” (obj 5). Digo ressalvas, pois se trata de potencialidades que não procedem da criatura, mas que podem ser conduzidas ao ato pela ação do ensino, isto é, do estímulo do professor, uma ação puramente humana e ativa [resposta à obj 5] (cf. Aquino, *De mag.*, 2001a, p. 21).

[...] no aluno, o conhecimento já existe, *mas não em ato perfeito*, e sim como que em ‘razões seminais’³³, no sentido que as concepções universais, inscritas em nós, *são como que sementes de todos os conhecimentos posteriores*. Ora, se bem que essas razões seminais não se transformem em ato por uma virtude [poder] criada como se fosse infusa por uma virtude criada, no entanto essa sua potencialidade pode ser conduzida ao ato pela ação de uma virtude criada [por meio do ensino] (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad. 5, 2001, p. 34-35, destaque nosso)³⁴.

Dessa maneira, o ensino, na compreensão de Tomás de Aquino, de acordo com Fitzpatrick (cf. 1936, p. 14) de modo algum deve ser compreendido como uma *mera transferência de conhecimentos para o aluno*. Muito menos como verbalismo ou audição de discursos docentes, uma vez que o mesmo autor reafirma, “ensinar deveras não é somente *suscitar imagens* e estimular a sua reassociação mecânica e memorativa, mas provocar pelas imagens a marcha reflexiva do pensamento no discípulo” (Fitzpatrick, 1936, p. 35, destaque nosso).

Sendo assim, o Doutor Angélico descreve também que “sempre que um ensina o outro, é necessário que o aluno vá conferindo os conceitos do professor a fim de que este movimento de compreensão do conhecimento na mente do aluno acompanhe simultaneamente o do seu mestre”. Ou seja, passo a passo, o processo do saber na mente do professor serve de estímulo para que o aluno possa fazer esta transição da fase de ignorância daquele saber para o conhecimento daquele saber (Aquino, *De mag.*, art. 3, obj. 4, 2001a, p. 46).

3.1.2 Algumas considerações sobre o auxílio do mestre no processo educativo

³³É a partir deste prisma que Tomás de Aquino considera, fazendo as devidas ressalvas, que a obtenção do conhecimento pode ser comparada às razões seminais, ou seja, “aquelas potencialidades que ‘não se tornam ato por nenhum poder criado, mas estão inscritas na natureza só por Deus’ (obj. 5). Ressalvas, pois se trata de potencialidades que não procedem da criatura, mas que podem ser conduzidas ao ato pela ação do ensino humano” (Lauand, *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p. 21, nota 18). Além disso, a teoria das razões seminais é utilizada, na verdade, por muitas vezes, para explicar a doutrina da criação, em especial no pensamento agostiniano. Segunda tal teoria, a criação do mundo acontece de modo simultâneo, ou seja, Deus “de um só golpe, sem nenhuma sucessão de tempo fez ser a totalidade do que foi então, do que é hoje e do que será em seguida” (Gilson, 1998, p. 151). No entanto, “Deus não cria a totalidade das coisas possíveis como já concretizadas: ele insere no criado as ‘sementes’ ou ‘germens’ de todas as coisas possíveis, as quais, posteriormente, ao longo do tempo, desenvolvem-se pouco a pouco, de vários modos e com o concurso de várias circunstâncias” (Reale; Antiseri, 2011, v. 2, p. 96).

³⁴“[...] *quod in eo qui docetur, scientia praeexistebat, non quidem in actu completo, sed quae in rationibus seminalibus, secundum quod universales conceptiones, quarum cognitio est nobis naturaliter indita, sunt quae semina quaedam omnium sequentium cognitorum. Quamvis autem per virtutem creatam rationes seminales non hoc modo educantur in actum quae ipsae per aliquam creatam virtutem infundantur, tamen id quod est in eis originaliter et virtualiter, actione creatae virtutis in actum educi potest*” (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad. 5, 2001, p. 34-35, destaque nosso).

Diante do que foi esclarecido, segundo Tomás de Aquino, o processo intelectual realizado pelo mestre tem como objetivo alcançar a verdade dos entes. No caso do aluno, devido à sua razão, existem certos princípios universais abstratos preexistentes no intelecto, mas que ainda permanecem em estado potencial para o conhecimento, não em ato. Tais princípios atuam como sementes a partir das quais se originam todos os saberes futuros, permitindo, posteriormente, que o aluno, com os devidos auxílios do mestre, possa alcançar essas realidades por ele³⁵ antes ignoradas.

A partir desta noção, é possível afirmar que o mestre, de fato, auxilia o aluno no processo educativo; no entanto, o ato de aprender é, segundo o Aquinate, atividade peculiar e insubstituível por parte do aluno. Por isso, não há ensino autêntico sem que ocorra, de fato, o aprendizado por parte do educando. Nessa perspectiva, o aprendizado é compreendido como *uma atualização de potências*: um processo imanente e contínuo de aperfeiçoamento, cujo agente principal é o próprio aprendiz. Desse modo, a atividade constante de busca pelo saber por parte do aluno é essencial ao progresso do ensino. Como destaca o comentador que diz: “nem símbolos, nem palavras, nem qualquer abreviação da experiência real, são capazes de, por si sós, transferirem o conhecimento. Tudo, em última instância, depende do aluno” (Fitzpatrick, 1936, p. 14-15)³⁶. Nenhum professor pode forçá-lo, ou fazer surgir no intelecto do aluno o conhecimento sem que haja, por parte do indivíduo, uma adesão voluntária e ativa ao movimento do ensino.

Contudo, é fundamental compreender a afirmação de que, no ensino, somente o aluno pode fazer a *edução* do ato, e que ela não admite exceções, sob hipótese alguma, conforme já se pode perceber anteriormente. Nesse sentido, seria um equívoco muito grande interpretar essa visão como se Tomás de Aquino desvalorize ou trate como algo irrelevante a atividade docente. Tal interpretação não apenas contraria o próprio pensamento do autor, mas também ignora e não leva em conta que o próprio Aquinate é considerado como um grande mestre, professor da faculdade de Paris no século XIII. Destacando-se como um legítimo modelo de docente no período medieval e na academia parisiense.

³⁵[...] no aluno, o conhecimento já existe, *mas não em ato perfeito*, e sim como que em ‘razões seminais’, no sentido que as concepções universais, inscritas em nós, *são como que sementes de todos os conhecimentos posteriores*. Ora, se bem que essas razões seminais *não se transformem em ato por uma virtude* [poder] criada como se fosse infusa por uma virtude criada, no entanto *essa sua potencialidade pode ser conduzida ao ato pela ação de uma virtude criada* [por meio do ensino] (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad. 5, 2001a, p. 34-35, destaque nosso).

³⁶Ser ensinado nesse sentido [...] “*é, pois, uma edução do ato; uma condução da potência ao ato que só o próprio aluno pode fazer*” (Lauand, *In: Aquino, De mag.*, 2001a, p.21, destaque nosso).

Por meio desses esclarecimentos sobre o pensamento do Doutor Angélico, desejamos frisar com sua teoria que o centro gravitacional do sistema educativo é o próprio aluno, pois o mestre ensina precisamente para que seu aluno aprenda efetivamente. Não obstante, para que o aprendizado se realize é necessário uma abertura, colaboração mútua e ativa, voluntária e deliberada do aprendiz, uma submissão, porque sem esta, os esforços do educador estão fadados ao fracasso. Porém, ainda assim, o envolvimento ativo do aluno é visto como de suma importância, não basta somente a presença passiva dele neste processo, pois como salientamos anteriormente, *o conhecimento não pode ser transferido mecanicamente de uma mente para outra*, quanto a isso, o Aquinate é bastante claro, pois, uma vez que:

[...] o professor infunde conhecimento no aluno não no sentido – numérico – de que o mesmo conhecimento que está no mestre passa para o aluno, mas porque neste, pelo ensino, *se produz passando de potência para o ato* no conhecimento semelhante ao que há no mestre (Aquino, *De mag.*, art.1, ad 6, 2001a, p. 35, destaque nosso)³⁷.

Essa noção demonstrada, por exemplo, evidencia que não há no ensino do mestre ou daqueles que realizam essa ação, uma transferência ou infusão de conhecimento de uma mente para a outra mente instantaneamente. Como se o mesmo conhecimento, estando presente no mestre, fosse possível ser transferido para o aprendiz mecanicamente. Mas o saber em ato do agente externo, digo, o professor, é transmitido como conhecimento semelhante ao aprendiz que o tem já em potência para recebê-lo. Ora, o professor através de sinais conduz o intelecto do aluno a apreender os conhecimentos que ele ignorava, sendo, portanto, um legítimo mestre nesta função de ensinar.

Finalmente, após esclarecermos um pouco mais esta questão sobre a aquisição do conhecimento na visão de Tomás de Aquino, torna-se claro que não se pode concluir que alguém seja, por si só, mestre de si mesmo, nem possa adquirir um conhecimento adequado e perfeito sem o auxílio de outro, ou seja, ser o educador de si próprio efetivamente. Essa noção de ensino é defendida pelo Doutor Angélico, nestes mesmos termos. Vale salientar ainda mais algumas notas sobre essa doutrina.

3.1.3 Alguém pode ser considerado mestre de si mesmo?

³⁷ “[...] *quod docens non dicitur transfundere scientiam in discipulum, quase illa eadem numero scientia quae est in magistro, in discipulo fiat; sed quia per doctrinam fit in discipulo scientia similis ei quae est in magistro*” (Aquino, *De mag.*, art.1, ad 6, 2001a, p. 35).

Sobre esse ponto, assim parece dizer Aristóteles em sua ética: saber algo por descoberta é mais perfeito do que aprender de outro, como se mostra na *Ética a Nicômaco*³⁸. Ora, se no caso em que se adquire o conhecimento aprendendo de outro usamos para denominar este a palavra mestre, dizendo que A é mestre de B, muito mais alguém é mestre de si mesmo quando adquire tal conhecimento por descoberta.

Por esse motivo, assim como se atinge a posse de algumas virtudes por si mesmo, como no caso dos *hábitos*³⁹, ou por meio de outros, assim também alguém pode chegar ao conhecimento por si mesmo, pela descoberta⁴⁰, ou por meio de outros instrumentos semelhantes, pela ação do ensino⁴¹. Mas a respeito daqueles que atingem a virtude sem um instrutor ou legislador, o mestre, diz que são leis para si mesmos, como afirmou São Paulo: "*aquele que não tem a lei e fazem naturalmente as obras da lei, são para si mesmos lei*"⁴² (Rm 2, 14, destaque nosso). Sendo assim, parece que também aqueles que talvez consigam adquirir o conhecimento por si mesmos, através do processo de descoberta, devem ser chamados de mestre de si. Mas parece que não, segundo o Aquinate.

Ora, será que o Doutor Angélico cravou esta máxima de modo irrevogável em sua doutrina? Pois como vimos, o professor é causa do conhecimento no aluno como o médico o é da saúde no doente. Pois, o médico pode curar a si mesmo e, do mesmo modo, por analogia, alguém poderia ensinar a si mesmo.

³⁸Respectivamente em: Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1095b 10, 2017, p.20).

³⁹Através da constante repetição e aperfeiçoamento daquela qualidade desejada.

⁴⁰O saber adquirido por meio da *descoberta* é considerado "inferior à educação formal", transmitido por um mestre, pois o *processo autodidata tende a ser mais lento*, desorganizado e sujeito a muitas falhas. No processo de descoberta, o indivíduo não compreende plenamente os fundamentos subjacentes ao objeto de estudo e, muitas vezes, não atinge uma compreensão consolidada e firme do que foi descoberto. Em contraposição, o ensino formal oferece uma orientação estruturada e eficiente, fundamentada na experiência do mestre, que detém o conhecimento necessário para conduzir o aprendiz de maneira mais clara e objetiva, mesmo que exista falhas nesse processo, o mestre conseguirá contorná-las com maestria. "*Se bem que o modo de aquisição do conhecimento por descoberta seja mais perfeito por parte de quem recebe o conhecimento, pois manifesta uma maior habilidade em conhecer, no entanto, por parte de quem causa o conhecimento, é mais perfeito o que se adquire pelo ensino porque o professor, que explicitamente conhece todo o conteúdo, pode conduzir ao conhecimento de modo mais expedito do que o caminho daquele que por si mesmo se conduz ao conhecimento a partir dos princípios gerais* (cf. Aquino, *De mag.*, art 2, sed, 4, destaque nosso).

⁴¹Como já foi mencionado, Tomás de Aquino distingue duas formas de se adquirir conhecimento: "(...) de um modo, quando a razão, por si mesma, atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama descoberta; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama ensino" (Aquino, *De mag.*, 2001a, p. 32). Segundo Aquino, o ensino é o método mais adequado à função do mestre, pois permite uma transmissão estruturada e orientada do saber ao discípulo. Embora a descoberta envolva um processo mais autônomo de aquisição do conhecimento por parte deste, o ensino, ao contrário, oferece ao aluno a orientação necessária para compreender e internalizar o conhecimento de forma mais ordenada e pontual. Nesse sentido, o papel do mestre vai além da simples transmissão de informações, pois ele deve atuar como guia, auxiliando o aluno no desenvolvimento de sua capacidade de compreensão e reflexão.

⁴²Mas, ao contrário do que dizem, diz o Aquinate: "A lei em relação às ações que praticamos corresponde aos princípios no conhecimento e não ao professor. Daí que o fato de alguém puder ser lei para si mesmo não implica que alguém possa ser mestre de si mesmo" [causa do seu conhecimento] (Aquino, *De mag.*, art 2, sed 5).

Porém, ao contrário, nos diz o Aquinate:

Diz o filósofo em VIII *Physicorum* 9, que é impossível que o professor aprenda (aquilo mesmo que ele está a ensinar). Pois como docente deve ter o conhecimento e como discente não o pode ter. Logo, não pode alguém ser mestre de si mesmo (Aquino, *De Mag.*, art II sed. cont. I, 2001a, p. 41)⁴³.

Desse modo, o professor, como expressou Tomás nesta tese, é aquele que já realizou o processo de aquisição do saber e, por isso, possui em ato o conhecimento daquilo que se propõe a ensinar, não necessitando reaprender o que já conhece plenamente. Por sua vez, o aluno, que ainda se encontra na ignorância quanto a este aprendizado e não realizou plenamente o processo de conhecer, deve, por uma ordem hierárquica natural, buscar o auxílio do professor para obter esta instrução da qual necessita. Justamente porque reconhece não possuir o saber daquilo que deseja conhecer em ato.

Portanto, o sujeito que se propõe a aprender deve necessariamente ser ensinado por outro. Como afirma o Aquinate: “*No aluno, o conhecimento já existia, mas não em ato perfeito, e sim como que em ‘razões seminais’*” (*De mag*, 2001, p.34). Desse modo, a potencialidade não se transforma em ato através de uma ação *intrínseca da força humana*, mas sim, através de estímulos externos. Essa operação exterior, entretanto, não causa diretamente a ciência no aluno, mas atua como estímulo para que ele atualize suas capacidades cognitivas e chegue ao ato de conhecê-las. Tal processo ocorre por meio do ensino realizado por um mestre que já possui em ato aquele saber que deseja suscitar no discípulo.

Neste ponto, concorda Tomás ao afirmar que a potência para o conhecer *não se transforma em ato por uma virtude criada* como se fossem infusas por uma *virtude criada*. No entanto, essas potencialidades presentes no sujeito podem ser conduzidas ao ato pela ação de uma virtude criada, isto é, o ato de ensinar realizado por um outro (cf. Aquino, *De mag*, art.1, resp 5, 2001a, p.34).

Nas palavras do Doutor Angélico:

O magistério implica uma ascendência, como no senhorio. Ora, essas relações não podem se dar em relação a si mesmo; do mesmo modo que alguém não pode ser pai ou senhor de si mesmo. E do mesmo modo não pode alguém ser mestre de si mesmo (Aquino, *De Mag.*, art II sed. cont. II, 2001b, p. 41)⁴⁴.

⁴³ “*Est quod philosophus dicit, VIII phys., quod impossibile est quod docens addiscat; quia docentem necesse est habere scientiam, discentem vero non habere. Ergo non potest esse quod aliquis doceat seipsum, vel dici possit sui magister*” (Aquino, *De Mag.*, art II sed. cont. I.).

⁴⁴ “*magisterium importat relationem superpositionis, sicut et dominus. Sed huiusmodi relationes non possunt inesse alicui ad seipsum: non enim aliquis est pater sui ipsius, aut dominus. Ergo nec aliquis potest dici sui ipsius magister*” (Aquino, *De Mag.*, art II sed. cont. II0).

Para que fique ainda mais claro, esta exposição, devemos admitir certamente que alguém com a luz da razão que nele há, pode, sem a ajuda de um ensino exterior por parte do mestre, chegar ao conhecimento de muitas coisas ignoradas antes, como é evidente em todos aqueles conhecimentos que é denominado como descoberta. E seguindo essa linha de raciocínio, alguns poderiam denominá-lo de mestre de si mesmo por tal feito.

Entretanto, diz o Santo Doutor, nem por isso ele deveria receber tal atribuição, nem dizer que ensina a si mesmo. Pois, na ordem natural, encontramos vários tipos de princípios, como mostra o Filósofo na sua *Metafísica* VI, 9, onde ele diz:

Há agentes que têm em si tudo o que produzem no efeito: ou do mesmo modo, como nos agentes unívocos; ou de modo mais eminente, como no caso dos agentes equívocos. Mas há outros agentes nos quais só existe uma parte do que produzem no efeito: como o movimento que produz a saúde ou um remédio quente, no qual se encontra em ato, ou virtualmente, o calor, que não é toda a saúde, mas parte dela. Assim, nos agentes do primeiro tipo está toda a causa do efeito, o que não se dá nos agentes do segundo tipo, pois só age o que está em ato e não é perfeito agente aquele que só parcialmente está em ato com relação ao efeito que produz⁴⁵ (Aquino, *De mag.*, art.2, solução, 2001a, p.147)⁴⁶.

Ora, o ensino pressupõe um perfeito ato de conhecimento no professor; daí que seja necessário que o mestre ou quem ensina possua de modo explícito e perfeito o conhecimento cuja aquisição quer causar no aluno por meio do ensino. Quando, porém, alguém adquire o conhecimento por um princípio intrínseco, aquilo que é causa agente do conhecimento só o é em parte, a saber, quanto às *razões seminais do conhecimento*, que são os princípios comuns. E não se pode, por conta de uma tal causalidade, aplicar com propriedade o nome de professor ou de mestre a tal agente.

Por fim, a análise aqui apresentada evidencia uma distinção fundamental entre aprender por descoberta, que é algo tido como *imperfeito* e aprender por meio do ensino que é algo *superior ou excelente*, conforme discutido por Santo Tomás de Aquino com os fundamentos da epistemologia de Aristóteles.

Embora a descoberta individual seja frequentemente valorizada como uma forma nobre de aquisição do conhecimento, a doutrina do Aquinate sublinha a impossibilidade de alguém

⁴⁵ Veja também: Aristóteles, *Metafísica*, livro VI, 1034a 21-25, 2017, p.342.

⁴⁶ “*Quoddam enim est agens quod in se totum habet quod in effectu per eum causatur; vel eodem modo, sicut est in agentibus univocis, vel etiam eminentiori, sicut est in agentibus univocis. Quaedam vero agentia sunt in quibus eorum quae aguntur non praeexistit nisi pars; sicut motus causat sanitatem, aut aliqua medicina cálida, in qua calor invenitur vel actualiter vel virtualiter; calor autem non est tota sanitas, sed est pars sanitatis. In primis igitur agentibus est per perfecta ratio actionis; non autem in agentibus secundi modi, quia secundum hoc aliquid agit quod actu est; unde, cum non sit in actu effectus inducendi nisi in parte, non erit perfecte agens*” (Aquino, *De mag.*, art.2, solução).

ser considerado mestre de si mesmo apenas por meio do processo de descoberta. Isso ocorre pelo fato de que o magistério hierárquico, ao pressupor um conhecimento completo e explícito por parte de quem se propõe a ensinar, isto é, o professor, que já conhece em ato, exige que ele seja plenamente capaz de conduzir o outro ao conhecimento. Tal condição não pode ser recebida nem apreendida instantaneamente pelo aluno que ainda se encontra em processo de aquisição e aprendizagem daquele saber específico.

Assim, ainda que alguém possa, através da ação de sua própria *razão natural*, alcançar novos conhecimentos *sem um auxílio externo*, a estrutura hierárquica e a natureza do ensino formal permanecem inalteráveis e indispensáveis para a aquisição plena e eficaz do saber por parte do aluno. Isso porque não basta apenas conhecer de maneira imperfeita a coisa; é necessário compreender as razões pelas quais se sabe que determinada realidade é de tal modo e não outra coisa distinta. Por esse motivo, nos tópicos seguintes, buscar-se-á esclarecer a missão própria e singular do professor no processo de ensino-aprendizagem, bem como o objetivo central do mestre segundo o *De Magistro*.

3.2 O papel do professor no processo de ensino segundo o *De Magistro*

3.2.1 O mestre realmente ensina ou somente faz despertar essa capacidade no aluno?

Conforme foi discutido, o mestre atua na vida do aluno como um guia, auxiliando-o no caminho e na aquisição mais plena possível do conhecimento. Esse processo se justifica por meio do desejo natural que existe no homem, *o desejo de conhecer é inscrito no homem por natureza* (Aristóteles, *Met.*, 1, 1, 2002, p. 3).⁴⁷ Assim declara Aristóteles no princípio de sua *Metafísica* (1, 1), e essa tese central também se encontra inscrita na doutrina do Aquinate. Para ele o intelecto humano é por definição capaz de conhecer e essa é a operação própria do ser humano, conhecer as coisas (cf. Aristóteles, *Met.*, 1, n. 1-3). Tomás de Aquino, comentando a *Metafísica* do Estagirita, afirma que, “assim como o calor tem a inclinação para aquecer e o peso para mover-se para baixo, a operação própria e particular do ser humano é o conhecer, sendo essa a característica que o distingue dos demais seres” (Aquino, *Comm. Met.*, 2016, vol. I, p. 31).

⁴⁷Dessa opinião também faz parte o filósofo Régis Jolivet que comenta essa passagem no seu curso de filosofia dizendo: “Todo homem, diz Aristóteles, está naturalmente desejoso de saber; ou seja, o desejo de saber é inato. Esse desejo já se manifesta na criança pelos “porquês” e “como” que ela não cessa de formular. Ele é o princípio das ciências, cujo fim primeiro não será fornecer ao homem os meios de agir sobre a natureza, mas inicialmente satisfazer sua natural curiosidade” (Jolivet. 1959).

Portanto, como ficará claro, o mestre entra nesse percurso como um ser indispensável para a realização dessa operação, instruindo e auxiliando o discípulo a alcançar essa perfeição própria de sua natureza (Aquino, *Comm. De Anim.*, 2024, v. 7, p. 41). Pois como diz o Aquinate, “o bem do homem consiste no conhecimento da verdade” (Aquino, *S.th.* II-II, 2006, v. 7, q. 167, art. 1, ad 1)⁴⁸.

Tendo isso em mente, pode-se perguntar: O professor realmente ensina ou somente capacita o aluno ao conhecer, por meio de estímulos externos para a aquisição do saber?

Essa é a tese que orientará a abordagem do problema neste segundo momento. Com base nos princípios fundamentais elencados anteriormente, compreende-se que, dentro desta concepção de ensino defendida pelo Doutor Angélico, a aprendizagem é uma atividade intrínseca ao aprendiz, ou seja, *é o aluno que, por sua própria disposição, deseja e busca alcançar esse objetivo*. No entanto, como também já foi defendido, isso não implica, de forma alguma, a desvalorização da atuação da figura do mestre, tampouco torna ela secundária e até mesmo descartável ao longo do processo de aquisição do conhecimento.

Pelo contrário, Tomás de Aquino elucida em todos os artigos apresentados que, o aprender é uma atividade peculiar ao aluno. No entanto, o professor é concebido como uma “*causa próxima e externa do ensino*” (Fitzpatrick, 1936, p. 14)⁴⁹, cuja missão específica é a de ensinar. Cabe ao mestre “apresentar sinais para que o aluno possa por si mesmo, com os auxílios do seu mestre, *fazer a educação [da potência] do ato de conhecimento*” (Lauand, 2024, p. 21, destaque nosso). Isso significa que, embora o aluno já possui em si a capacidade natural para o saber, sendo ela algo próprio no homem, ele é bastante necessitado da orientação de um agente externo que o guie por meio de instrumentos adequados, o ajudando a passar da potência ao saber efetivo em ato. Porque muitas vezes sozinho, o aluno não consegue realizar plenamente este desejo natural de conhecer. Por esse motivo, o mestre atua como condutor apropriado dessa função, estimulando e auxiliando o intelecto do aluno na passagem da *potência ao ato efetivo de saber*.

Assim esclarece Tomás ao dizer que,

no aluno, as representações das coisas inteligíveis, pelas quais se produz o *conhecimento recebido pelo ensino*, são imediatamente de seu intelecto agente⁵⁰, mas mediatamente propiciadas pelo professor, ao propor sinais das

⁴⁸“[...] *ergo dicendum quod bonum hominis consistit in cognitione veri* (Aquino, *S.th.* II-II, 2006, q. 167, art. 1, ad 1).

⁴⁹Pois, a potência não se atualiza em ato, digo, surge no aluno o ensino por meio de uma virtude espontânea dele, como foi esclarecido em tópicos passados.

⁵⁰Sobre uma noção mais pontual a respeito da noção de intelecto agente e intelecto possível, esclarece o filósofo Lorenz Puntel: O “*Intellectus agens*” e o “*intellectus possibilis*” são, para Tomás, as condições de possibilidade

coisas inteligíveis a partir dos quais *o intelecto agente capta os conteúdos e os representa no intelecto paciente*. Daí que as palavras do mestre, ouvidas ou lidas, *causem o conhecimento do mesmo modo que as realidades externas*, pois tanto a estas quanto àquelas volta-se o intelecto agente para receber os conteúdos inteligíveis, se bem que as palavras do professor estão mais próximas de *causar conhecimento* do que as realidades *sensíveis externas* enquanto sinais dos conteúdos inteligíveis (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad. 11, 2001a, p. 36, destaque nosso)⁵¹.

Fundamentando-se nestas premissas, Tomás sustenta que o educador desempenha um papel de *agente externo* e estimula o intelecto do aluno, isto é, atua ajudando o *agente intrínseco*, que é o intelecto do próprio aluno, que se encontra em certa medida “deficiente”, proporcionando a este, meios eficazes e necessários para alcançar em *ato* o saber.⁵² Isto é, auxiliando-o de modo *externo* através dos sinais para que se atualize e chegue ao conhecimento que é o objetivo que ambos desejam, a saber, o aprendizado de modo perfeito, fim último da ação de ensinar.⁵³

do processo que ele chama de “*abstractio*”, o qual constitui o conhecimento propriamente dito. Tomás afirma que o “*intellectus agens*” separa da “*matéria*” uma “*forma intelligibilis*” e a imprime no “*intellectus possibilis*”. Usando a mesma linguagem figurada, ele também expressa essa ideia da seguinte forma: a função do “*intellectus agens*” consiste em elevar a “*intelligibilia potentia*” à condição de “*intelligibilia actu*”. [...] o “*intellectus agens*” constitui a condição apriorística da possibilidade da reconhecibilidade do caráter limitado de uma forma (através da “*matéria*”); a separação da forma não significa a criação de uma duplicata intelectual do dado presente à percepção sensível, mas sim o desvelar da universalidade, da amplidão das possibilidades da forma. E, além disso, é preciso acrescentar que essa separação só pode ser entendida se levarmos em conta a teoria da predicação subjacente, que assume que o conhecimento é enunciado de algo sobre algo. No caso de Tomás, isso significa que uma forma (*quidditas*, *essentia*, predicado) é dita de um sujeito (*suppositum*, *substratum*, matéria), de maneira que, em última instância, é relacionada ao “*esse*”. Chegamos, assim, à estrutura ou síntese de “substância (*suppositum*, *substratum*) - essência (forma, *quidditas*) (-*esse*)”, que já foi mencionada anteriormente. “*Intellectus agens*” e “*intellectus possibilis*” são as condições de possibilidade para o surgimento dessa estrutura, que Tomás designa, nesse contexto, como “*conceptio entis*” (articulação conceitual do ente). De fato, em relação ao “*ens*”, ele diz que é aquilo “*quod primo intellectus concipit quasi notissimum, et in quo omnes conceptiones resolvit*” (o que o intelecto concebe primeiro como a coisa mais evidente de todas e a qual se reduzem todos os conceitos), ou ainda o “*primum quod in intellectum cadit*” (a primeira coisa que incide no intelecto). Temos, aqui, o lado intelectual dessa estrutura do “*ens*”, cuja faceta ontológica foi considerada acima (Puntel, 2010, p.82).

⁵¹ “[...] *Quod in discipulo describuntur formae intelligibiles, ex quibus scientia per doctrinam accepta constituitur, immediate quidem per intellectum agentem, sed mediate per eum qui docet. Proponit enim doctor rerum intelligibiles, et describit eas in intellectu possibili. Unde ipsa verba doctoris audita, vel visa in scripto, hoc modo se habent ad causandum scientiam in intellectu sicut res quae sunt extra animam, quia exu trisque intellectus agens intentiones intelligibiles accipit; quamvis verba doctoris propinquius se habeant ad causandum scientiam quam sensibiliza extra animam existentia inquantum sunt signa intelligibilium intentionum*” (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad. 11).

⁵² Assim como de modo semelhante se diz que, o médico é tido como causa da saúde do paciente por meio dos estímulos internos e externos pela ação de sua ciência médica.

⁵³ A capacidade para conhecer já existe no aluno, mas assim é dito por Aristóteles, no livro VI, 13 da *Ética a Nicômaco*, os hábitos das virtudes, antes de sua plena consumação [aquisição], preexistem em nós como inclinações naturais, que são como que rudimentos das virtudes, que depois, pelo exercício das obras, são levadas à devida consumação (2017, p. 140), ou seja, a potência para conhecer já preexiste em nós, mas é necessário que alguém a estimule e a desenvolva para que possamos passar do estado de potência do conhecer para o ato de conhecer que é o fim último na ação educacional realizada pelo mestre.

Em outras palavras, o professor deve conduzir o aluno ao conhecimento daquilo que antes lhe era desconhecido, seguindo o mesmo caminho já percorrido por quem chegou à adquirir tal conhecimento da verdade por meio do saber (Aquino, *De mag.*, art. 1, solução, 2001a, p. 32). Torna-se, portanto, evidente que "a posição do professor de auxiliar no processo de aprendizagem não minguia sua importância [...]. Por isso, diz Prado que a contribuição fundamental [do professor] é a de *auxiliar* [o aluno nessa descoberta] ou tornar [estimular] sua potencialidade intelectual em ato" (Santos; Lopes; Prado, 2011, p. 13, *itálico nosso*).

Contudo, é importante destacar novamente um ponto de total relevância para se compreender a doutrina tomista, isto é, a concepção de que o mestre é um valioso condutor do aluno, *jamaiz o causador do conhecimento nele*, sendo seu guia até o conhecimento da verdade, no entanto, não possui a capacidade de causar interiormente, de modo *infuso*, no intelecto paciente do aluno, o conhecimento dessas verdades. Uma vez que a ação de causar algo interiormente, nesse caso do ensino, compete unicamente a Deus, como diz o Aquinate: "é claro que é só Deus quem age no interior e principalmente ensina" (Aquino, *De mag.*, art. 1, solução, 2001a, p. 33).

Desse modo, é próprio do homem causar o conhecimento de maneira externa, isto é, estimulando o intelecto por meio de instrumentos, auxiliado pelos sentidos e, assim, iluminando as trevas da ignorância no aluno (cf. Aquino, *De mag.*, art. 3, ad 1, 2001a, p. 53). Isto implica, que por sua vez, "o homem que ensina exteriormente *não infunde luz inteligível*, mas é de certo modo causa das *espécies inteligíveis* enquanto nos propõe alguns sinais de conteúdos inteligíveis que o intelecto capta por si e conserva em si" (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad 14, 2001a, p. 38, *grifo nosso*). É devido a esses princípios que o Aquinate compreende que:

É legítimo afirmar que um *homem é verdadeiro professor*, que ensina a verdade e que *ilumina a mente*, não porque infunde a razão em outro, mas como que *ajudando essa luz da razão para a perfeição do conhecimento, por meio daquilo que propõe exteriormente*, tal como o diz São Paulo (Ef. 3,8): 'A mim, que sou o ínfimo entre os santos, foi dada esta graça: a de iluminar a todos etc' (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad 9, 2001a, p. 35, *destaque nosso*)⁵⁴.

E, do mesmo modo, para que fique ainda mais claro esta diferença, uma outra citação do Doutor Angélico trará luz a essas diferenciações. Ele diz:

⁵⁴ "[...] dicendum, quod homo, verus et vere doctor dici potest, et veritatem docens, et mentem quidem illuminans, non quae lumen rationi infundens, sed quae lumen rationis coadiuvans ad scientiae perfectionem per ea quae exterius proponit: secundum quem modum dicitur Ephes., III, 8-9: mihi autem omnium sanctorum minimo data est gratia haec illuminare omnes et cetera."

Deve-se saber, entretanto, que nas coisas naturais algo preexiste em potência de duas maneiras:⁵⁵ A primeira é em potência ativa completa, a saber, quando o princípio intrínseco é suficiente para levar ao ato perfeito, como ocorre no sarar, em que a virtude natural que está no próprio doente o conduz à saúde. A outra maneira é em potência passiva, a saber, quando o princípio intrínseco não é suficiente para trazer ao ato, como no caso do fogo que se faz a partir do ar, o que não poderia acontecer por conta de nenhuma virtude existente no ar. Quando, pois, algo preexiste em potência ativa completa, o agente extrínseco não age senão ajudando o agente intrínseco, fornecendo-lhe os meios pelos quais possa chegar ao ato; como no caso do médico que, para curar, ajuda a natureza – que opera principalmente – fornecendo-a e aplicando-lhe remédios, dos quais ela se serve como instrumentos para o sarar. [...]. Quando ao contrário, algo preexiste apenas em potência passiva, é principalmente o agente extrínseco que faz a potência passar ao ato [...]. Assim, a ciência preexiste no aprendiz em potência, não somente passiva, mas ativa. Do contrário o homem não poderia adquirir a ciência por si mesmo. Portanto, assim como há dois meios de sara – um, pela ação da natureza somente, e outro, pela natureza com o auxílio de remédios –, há também dois modos de adquirir ciência: um, quando a razão natural chega por si mesma ao conhecimento de coisas ignoradas – e a este chama-se “descoberta” –, e outro, quando alguém auxilia externamente a razão natural – e a esta chama-se ‘aprendizagem’⁵⁶ (Aquino, *De mag.*, art. 1. Solução, 2001a, p. 130-131)⁵⁷.

E, é exatamente nesta segunda operação que se encontra a função própria do mestre. À luz deste prisma, o *Doctor Communis* compara o processo de aprendizagem e missão do professor como a cura e a função de um médico, trazendo luz a esta analogia. Pois tal como se diz que este, o médico, produz a saúde ainda que ele só atua exteriormente por meio da ciência médica, uma vez que é a própria natureza do paciente por si mesma que produz a saúde. Assim também o aluno aprende por si mesmo, mas dirigido e auxiliado nesse caminho pelo mestre, que estimula o seu intelecto deficiente a aquisição deste novo conhecimento por ele antes ignorado, como esclarece Tomás de Aquino:

E é por isto que se diz que o *professor ensina o aluno*: porque este processo da razão - que a razão natural faz em si - é proposto de fora pelo professor *por meio de sinais*, e assim a razão do aluno - por meio do que lhe é proposto como certos *instrumentos de ajuda* - atinge o conhecimento do que *ignorava*. E do mesmo modo como se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação da natureza, também se diz que o professor *causa o conhecimento no aluno como atividade da razão natural do aluno*. E é nesse sentido que se diz que um homem que ensina a outro se chama mestre (Aquino, *De mag.*, art. 1, solução, 2001a, p. 32, destaque nosso).

⁵⁵ A diferença entre potência passiva e ativa já se encontra em Aristóteles, especialmente em: *Metafísica*, (2020, p. 42) livro IX, cap.I (1046a 11-27) e (2017, p.341) livro VI, cap. 9 (1034a 8-21).

⁵⁶ Sobre a questão do conhecimento por descoberta e por aprendizagem ou instrução, respectivamente, *inventio* e *disciplina*, Tomás de Aquino discute na *Suma Teológica* (Aquino, *S.Th.*, q. 1, art. 7, ad 2, p. 61; q. 47, art. 15, 2006, v. 7, p. 610).

⁵⁷ “quando naturalis ratio per seipsam devenit in cognitionem ignotorum; et hic modus dicitur **inventio**; alius, quando naturalis rationi aiquis exterius adminiculatur, et hic modus dicitur **disciplina**.” (Aquino, *De mag.*, art. 1. Solução). Para esta citação nos utilizamos da edição do *De Magistro* da editora Kíron, 2017b, p.133.

Ora, como se pode observar, nesse processo reside uma mudança de estado mental. Para esclarecer essa noção, o Aquinate se utiliza da comparação entre a arte (*téchne*) do médico com a do mestre. A este respeito comenta Tomás no *De Magistro*:

Ora, o processo pelo qual a razão chega ao conhecimento mediante a *descoberta* de coisas desconhecidas consiste em aplicar princípios gerais evidentes a determinadas matérias e daí chegar a algumas conclusões particulares, e destas, por sua vez, chegar a outras etc. E é por isto que se diz que o professor ensina o aluno: porque este processo da razão que a razão natural faz em si é proposto de fora pelo professor por meio de sinais, e assim a natureza do aluno por meio do que lhe é proposto como certos instrumentos de ajuda atinge o conhecimento do que [ele antes] ignorava. *E do mesmo modo que se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação de natureza, também se diz que o professor causa o conhecimento no aluno com a atividade da razão natural do aluno* (Aquino, *De Mag.*, art I, solução, 2001a, p.32, destaque nosso).

Assim como o médico pode tratar a enfermidade do paciente, mas a cura provém através da própria natureza deste indivíduo. Igualmente o mestre atua externamente no processo educativo, sem que seja ele o causador direto do saber. A natureza do enfermo, por meio de sua potencialidade interna, chega à saúde com os auxílios do médico. De modo análogo, o aluno aprende por si mesmo, mas sob a orientação e instrução do mestre. No entanto, a arte do professor ultrapassa a do médico, pois, enquanto o médico pode exercer sua ciência médica mesmo sem estar saudável, o docente deve necessariamente possuir em ato a sabedoria que deseja causar no aluno. Diante disso, torna-se evidente que, embora o Aquinate ressalta fortemente a importância do protagonismo e da participação do aluno no processo educativo, nem por isso, ele deixa de exaltar o valor e a relevância do papel do educador para a efetivação deste processo. Como afirmam Patrícia dos Santos, Maria Inácia e João Batista Prado, ao conceber o professor como aquele que auxilia externamente no ensino e presta uma importante ajuda ao educando, tornar-se claro que:

A visão de Santo Tomás não implica um autoritarismo. É claro que a figura do mestre está orlada pela autoridade, é intrínseco a sua função. Contudo o mestre não viola os princípios fundamentais antropológicos como a liberdade, o respeito, o próprio processo de aprendizagem. O mestre não infringe a condição humana, ao contrário, está a favor dela. O mestre deve estar a favor da natureza humana e por isto respeitar sua condição. Por condição pode se entender as limitações próprias do homem, por exemplo, para uma criança aprender um determinado assunto é necessário tempo. O mestre não pode exigir aprendizado desconsiderando o tempo, outra coisa poderá ser a idade, um adulto em processo de alfabetização é diferente de uma criança. Aplicar o mesmo método para ambos desrespeita a condição de cada qual (Santos, Lopes; Prado, 2011, p.11-12).

Contudo, para que o professor desempenhe adequadamente sua profissão, sendo um necessário amparo e guia do aluno na busca pelo conhecimento da verdade, além de mediador entre o aprendiz e o conteúdo do ensino, é forçoso, segundo Tomás de Aquino, que ele possua de forma explícita e perfeita o conhecimento que visa transmitir e causar no aluno. Como afirma o próprio Aquino ao dizer: “o médico cura não porque tem a saúde em ato, mas porque tem o conhecimento da arte médica; já o professor ensina precisamente porque tem o conhecimento em ato” (Aquino, *De mag.*, art. 2, ad 6, 2001a, p. 43).

Dessa forma, em outra passagem, o Doutor Angélico faz a seguinte afirmação:

Ora, o ensino pressupõe um perfeito ato de conhecimento no professor; daí que seja necessário que o mestre ou quem ensina possua de modo explícito e perfeito o conhecimento cuja aquisição quer causar no aluno pelo ensino (Aquino, *De mag.*, art. 2, solução, 2001a, p. 41-42)⁵⁸.

Com isso, procuramos elucidar a visão educacional de Santo Tomás de Aquino, destacando e trazendo luz aos principais elementos de sua obra *De Magistro*. Apresentamos de maneira clara a concepção de ensino por ele defendida, com base em seus textos, bem como os objetivos particulares de cada agente no processo educativo; a função própria do aluno e do mestre na aquisição do conhecimento, suas implicações e analogias. Por fim, no próximo e último tópico, apresentaremos as considerações finais, reafirmando a relevância dessa visão no âmbito pedagógico e magisterial, como orientação essencial para a atuação do mestre no processo educativo.

4 Considerações finais

Diante do percurso desenvolvido até aqui, no qual foram analisadas a concepção educacional de Santo Tomás de Aquino na obra *De Magistro*, a função do aluno e a finalidade do mestre no processo de ensino, constata-se que o Doutor Angélico não elaborou de maneira sistemática uma abordagem exclusivamente voltada à temática do campo da Educação e da Pedagogia. No entanto, conforme discutido ao longo deste trabalho, suas reflexões sobre o ensino e a aprendizagem estão inseridas em um universo de discussões filosóficas e teológicas mais vasto, no qual se articulam com questões fundamentais sobre a verdade. “*Prova disso é que suas ideias acerca da educação nada mais são que um subcapítulo que, por sua vez,*

⁵⁸ “*Doctrina autem importat perfectam actionem scientiae in docente vel magistro; unde oportet quod ille qui docet vel magister est, habeat scientiam quam in altero causat, explicite et perfecte, sicut in addiscente acquiritur per doctrinam*” (Aquino, *De mag.*, art. 2, solução).

encaixa-se em um contexto maior, no qual ele discute indagações acerca da verdade" (Batista, 2010, p. 95, destaque nosso). Por esse motivo, fica evidente que não se pode denominar o *De Magistro*, tendo como base os moldes atuais de manuais pedagógicos, como um tratado de Educação ou de Pedagogia propriamente ditos, nem se deve atribuir ao *Doctor Angelicus*, "de acordo com o que requer o atual significado da expressão, a patente de *filósofo (tampouco de teólogo) da educação*" (Batista, 2010, p. 96, destaque nosso).

Ao que pondera Maria Lúcia de Arruda Aranha:

Entretanto, apesar dessas constatações, em nenhuma circunstância elas podem diminuir a contribuição magistral proporcionada por Aquinate no campo da Educação e da Pedagogia, principalmente na Universidade de Paris. Sinal disso é, que, ao examinarmos os princípios presentes no *De Magistro* e as implicações retiradas dele, torna-se claro que, apesar do contexto histórico e cultural do século XIII, elas oferecem uma luz e apontam caminhos valiosos para algumas soluções dos problemas contemporâneos na área educacional. Por esse motivo, é importante retornarmos às concepções clássicas e defender que elas não devem ser tomadas como exercício de saudosismo, compreendidas como uma mera curiosidade ou erudição viciosa, visto que: O passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e projetar o futuro (Aranha, 1996, p. 17).

Desse modo, diante dos aspectos analisados, torna-se crucial observar que, em diálogo com a realidade contemporânea, marcada pela fragmentação do conhecimento e da própria condição humana, a proposta educacional do Aquinate se mostra profundamente integrada. O Doutor Angélico não fundamenta sua doutrina apenas em um único aspecto da experiência humana, mas busca contemplar o todo, articulando saberes diversos como a Filosofia, a Teologia e a própria reflexão educacional. Ao fazer isso, propõe uma visão unificada e coerente com o processo formativo, que se opõe às tendências segmentadas e reducionistas da contemporaneidade. Esta concepção de educação do Aquinate encontra fundamento na busca incessante pela verdade e numa formação integral, fim último da educação clássica, e no desejo de liberdade e de realização do bem.

Não há outro fundamento para a tarefa educacional senão a inserção eterna: *é a verdade que liberta o homem*. Do mesmo modo, quando preparar o adolescente para exercer seu poder de pensamento de modo autêntico, livre libertador – por outras palavras – quando o equipa para atingir a verdade, e o torna capaz de julgar segundo a virtude da evidência e de desfrutar a verdade e a beleza por amor delas mesmas, e de avançar quando for adulto, para a sabedoria e uma certa compreensão das coisas que lhe trazem um antegozo da imortalidade (Maritain, 1968, p. 190, destaque nosso).

Além disso, é impressionante como que através da leitura do *De Magistro*, é notável a enorme capacidade de dialogar com o futuro que o Aquinate possui, de acolhimento do

contrário e da busca por compreendê-lo, demonstrando assim a sua convicção pessoal de que "na aceitação, como no repúdio, das opiniões, não se deve o homem guiar pelo amor ou pelo ódio em relação àqueles que as representam, mas pela certeza da verdade" (Aquino, *apud* Ameal, 1947, p. 526-527). Deste modo, Gustavo Araújo Batista argumenta que outra contribuição deixada por Tomás no *De Magistro* reside no fato de que:

Esse livro pode ser uma chave para franquear o acesso à construção de um pensamento pedagógico que, por sua vez, inspirando-se nas concepções filosóficas e teológicas tomistas (ou mesmo neotomistas), sirva de orientação para a elaboração de uma pedagogia voltada ao trabalho de empreender uma educação que faça com que os indivíduos saibam conviver, em um ambiente de tolerância ou de respeito mútuos, com as mais diferentes convicções, sejam elas de cunho religioso, ou mesmo de cunho filosófico ou científico (Batista, 2010, p. 96).

Além disso, deve ser lembrado mais uma vez que o valioso aspecto que sobressai na abordagem educacional tomista, é a sua atenção conferida ao papel do próprio aluno dentro do processo de ensino/aprendizagem, uma vez que, de acordo com o Aquinate, *o agente principal no processo de educação não é o professor, mas sim o aluno*. Sendo assim, a concepção de Santo Tomás de Aquino acerca da educação deixa claro que o professor é um auxiliar neste processo educativo, o foco é destinado ao aluno. Pertence ao educando o título de agente principal da educação e ao mestre o de ajudante nesta atividade em busca do desenvolvimento de suas potencialidades, portanto, o professor ajuda-o no processo de aquisição do saber mediante os instrumentos de ensino. O aluno é capaz de pensar por si mesmo, sem dúvidas, porém necessita de um docente que o oriente, o auxilie a organizar suas ideias e a esclarecer sua própria experiência intelectual. Seguindo a linha tomista, este aluno, sendo auxiliado pelo mestre, é capaz de adquirir conhecimento, de alcançar a verdade e de pensar por si mesmo com maior eficiência mediante a ajuda deste outro. Nesse sentido, para Patrícia Santos, Maria Inácia Lopes e João Batista Ferraz do Prado, tal concepção é muito importante e significativa para o âmbito pedagógico e educacional, pois:

Raramente alguma teoria educacional se dedica à pessoa do aluno, ou do aprendiz. Sempre, ao falar de educação, é focada a figura do professor. E muitas vezes a ele é tributada toda glória ou toda vergonha diante de um sucesso (aparente ou não) ou de um fracasso do resultado alcançado pelos alunos. 'A culpa é do professor que não...', 'não, foi o professor que não quis...', 'é preciso que os professores...', 'professor, tem um curso que ensina a dar aula, você não gostaria...'; assim com estes mínimos exemplos já é possível notar o peso e a responsabilidade (muitas vezes total) da ação pedagógica que é imposta sobre o professor. Cabe mencionar ainda que comumente se impõem ao professor responsabilidades, além da pedagógica. Até mesmo as honradas comissões Internacionais de Educação publicam artigos encantadores poetizando sobre a arte de ensinar, a arte de fazer o aluno

aprender, o segredo de ser um bom professor, o mistério de fazer os alunos terem vontade de aprender. São, de fato, textos bem redigidos; contudo, mesmo que exaltando a figura do docente, cometem a injustiça de impor toda a responsabilidade da educação sobre ele, inclusive a responsabilidade que cabe ao aluno (2011, p. 11-12).

Entretanto, ao reconhecer o papel central do educando, é preciso frisar que Tomás também evidencia a ordem e a hierarquia das partes envolvidas no processo educativo. Ainda que o aluno seja compreendido como o agente primeiro de sua formação, isso não implica, de modo algum, que a missão do mestre ocupe um lugar de inferioridade ou secundário. Pelo contrário, o educador exerce um papel indispensável: cabe a ele ajudar o aluno a desenvolver suas potencialidades, orientá-lo no caminho da verdade e do conhecimento, pois, sem esse auxílio, o discípulo dificilmente alcançará o seu fim último. A função do professor é, portanto, prestar uma valiosa assistência, ajudar o aluno a aprender, a descobrir, a tomar posse do saber presente em sua própria inteligência, apropriando-se da verdade como algo pessoal. O aluno não aprende a “verdade” do professor, mas a verdade das coisas. Os antigos colocaram a educação ao lado da medicina e da agricultura, como *uma ars cooperativa naturae*” (Prado, *apud* Santos; Lopes; Prado, 2011, p. 16). Ou seja, ambos, aluno e mestre, devem abraçar suas responsabilidades de modo complementar, se ajudando mutuamente, sem que um usurpe o lugar que compete ao outro (cf. Santos; Lopes; Prado, 2011, p. 16).

Nesse sentido, ao enfatizar a importância e a responsabilidade do professor no processo do ensino, as teses do *Doctor Angelicus* induzem os educadores a reconhecerem a necessidade do investimento em sua formação, procurando aprofundar e ampliar seus conhecimentos. Essa necessidade se justifica, fundamentalmente, pela compreensão de que, conforme preconiza o Aquinate, apenas um professor que domina com perfeição sua área, que busca constantemente atualizar-se e possui pleno entendimento do que ensina, deve desempenhar verdadeiramente o seu papel de mestre como explica Santo Tomás: “O professor, portanto, estimula o intelecto a conhecer aquelas coisas que ensina como um motor essencial, que faz surgir o ato da potência” (Aquino, *De mag.*, art. 1, ad 12, 2001a, p. 141); isto é, a condução da potência ao ato, na qual o aluno é conduzido ao conhecimento do que antes ignorava (cf. Aquino, *De mag.*, art.1, solução, 2001a, p. 131). Além disso, agindo dessa maneira, ele consegue estimular efetivamente a capacidade pessoal do aluno em busca deste mesmo fim que ambos desejam em comum. Novamente o Aquinate se apresenta, além de toda sua teoria, como um verdadeiro professor e exemplo a ser imitado e admirado pelos futuros docentes, uma vez que:

Nenhum mestre nos poderá dar noção mais forte da concepção de Sto. Tomás de Aquino sobre o professor ideal (devotado à verdade, com profunda visão da natureza dos seus discípulos, respeitando-lhes a liberdade, se bem que os

protegendo contra o erro), do que ele mesmo, Sto. Tomás, o grande mestre do século XIII (Mayer, 1936, p. 132).

Por fim, espera-se que este artigo tenha concedido uma compreensão mais abrangente e aprofundada da temática escolhida como objeto de estudo, ou seja, a concepção educacional de Tomás de Aquino a partir do *De Magistro*. É desejoso também que este curto ensaio auxilie na redescoberta do pensamento do Aquinate em nosso país, especialmente em suas considerações sobre a prática educacional. Dessa forma, não apenas teólogos e filósofos, mas também educadores e pedagogos possam reconhecer o quanto o pensamento tomista ainda vive e pode contribuir com muitas reflexões ao homem contemporâneo, apresentando-se mais que nunca como uma fonte valiosa de pesquisas, um tesouro valioso do qual o sábio contemporâneo pode extrair tanto os ensinamentos do passado quanto as novas verdades, aprendendo a evitar os erros da história sem deixar de acolher as verdades imutáveis que perduram ao longo do tempo (Godoi, 2013, p. 79) ou seja, na certeza de que “é com um tomismo vivo e não com um tomismo arqueológico [preso com o passar do tempo] que estamos lidando” (Maritain, 1996, p.11).

Segundo Lourenço de Almeida Prado, “o fim da educação, ou em outras palavras, o objetivo ético da educação e o próprio conteúdo da formação ética é a conquista interior” (1991, p.180). A partir de tal comprovação é possível notar a desigualdade de tantas concepções educacionais com a de Tomás de Aquino. O doutor angélico supõe uma qualidade do caráter humano, uma antropologia educacional integral. O conteúdo a ser ministrado, o objetivo da instituição escolar, a função do professor, o desejo de aprender que reside interiormente no aluno devem mover a este fim: a vontade de conquista interior por meio da aquisição do saber, bem como o desenvolvimento da responsabilidade e da autonomia do aluno sempre em vista do bem.

Por fim, pode-se afirmar que a educação tem por finalidade última e primordial, tornar o ser humano verdadeiramente humano, isto é, atualizar suas potencialidades e desenvolver suas capacidades internas e externas por meio do cultivo das virtudes e do conhecimento. Trata-se de um processo que tem por objetivo não apenas à pura aquisição de saberes, mas o tomismo visa à formação integral do indivíduo, capacitando-o para a vida ética, responsável e plenamente inserida na sociedade. Assim, a ação de educar no pensamento de Santo Tomás de Aquino visa promover o florescimento das potências humanas em direção ao bem comum e à realização da própria humanidade daqueles que estão nesse processo de aquisição dos saberes.

Referências

AMEAL, João. **Santo Tomás de Aquino**: iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2023.

ALMEIDA, PRADO, Lourenço, Dom. **Educação: ajudar a pensar, sim. Conscientizar não**. Rio de Janeiro: Agir, 1991, 180p.

AQUINO, Tomás de. **Sobre o ensino (De magistro)/ Os sete pecados capitais**. Seleção, tradução e introdução de Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. 147 p.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica** - Parte I - Questões 1 - 43. São Paulo: Loyola, 2001b.vol. I, 693p.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica** - Parte I - Questões 44 - 119. São Paulo: Loyola, 2002.vol.II, 894p.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. 5. ed. bilingue. Tradução de Carlos Josaphat Pinto de Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 2005, v. 5.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. 3. ed. bilíngue. Tradução de Carlos Josaphat Pinto de Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 2006, v.7, 451p.

AQUINO, Tomás de. **Comentário à Metafísica I-IV**. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga: Campinas: Vide Editorial, 2016. Vol. I.

AQUINO, Tomás de. **Comentário à Metafísica V-VIII**. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga: Campinas: Vide Editorial, 2017a. Vol. II. 342p.

AQUINO, Tomás de. **De Magistro**. Edição bilíngue. Tradução de Felipe Denardi. Campinas: Editora Kíron, 2017b.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. 4. ed. Tradução de Alexandre Correia. Campinas: Ecclesiae, 2020, v.1. 511p.

AQUINO, Tomás de. **Questões disputadas sobre a verdade**. Tradução de Maurílio Camello. Campinas: Ecclesiae, 2023.

AQUINO, Tomás de. **Comentário ao Sobre a alma de Aristóteles**. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. Campinas: Vide Editorial, 2024. v. 7. 168p.

AQUINO, Tomás de. **De ente et essentia**. CORPUS THOMISTICUM online. Disponível em: <https://www.corpusthomisticum.org/oe.html>. Acesso em: 5 jan. 2025.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ARISTÓTELES, **Política**. Edição bilíngue. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. São Paulo: Vega, 1998.

ARISTÓTELES. **De anima**. 2. ed. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2012.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2017.

ARISTÓTELES, *de Caelo et mundo*, I, 5, 271b 13; , In: AQUINO, Tomás de, *in I de Caelo*, lect. 9; ed. Leonina, vol. III, n.4. In: CAETANO, Cardeal de Vio. **Comentário ao Do ente e da essência de Santo Tomás de Aquino**. Tradução de Pablo Cânovas e Lucas Daniel Tomáz de Aquino. Brasília: Lucas de Aquino, 2022.

ARISTÓTELES. **Física**. Tradução de Geovane Campanher. Brasília: Contra Errores, 2024, 17p.

BATISTA, Gustavo Araújo. O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua teologia e de sua filosofia. **Educação Unisinos**. São Leopoldo, v. 14, n. 2, maio/agosto 2010. p. 82-96.

FITZPATRICK, Edward A. Introdução do editor ao *De Magistro* de Sto. Tomás de Aquino. In: **Filosofia da educação de Sto. Tomás de Aquino**. São Paulo: Livraria Editora ODEON, 1936. p. 13-44.

GARDEIL, Henri-Dominique. **Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino**: metafísica. Tradução de Paulo Eduardo Arantes. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1967. v. 4.

GILSON, Étienne. **A filosofia na Idade Média**. Tradução de Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GILSON, Étienne. **O tomismo**: introdução à filosofia de Santo Tomás de Aquino. Tradução de Juvenal Savian Filho; Revisão técnica de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2024.

GODOI, Rodrigo Aparecido. **A concepção educacional de Tomás de Aquino**: um estudo do *De magistro*. Porto: Faculdade Católica de Porto Alegre, 2013. vol. V.

HUGON, P. Édouard. **Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino**: as vinte e quatro teses fundamentais. Tradução e introdução de Odilão Moura. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. 317 p.

JOLIVET, Régis. **Curso de Filosofia**. 4. ed. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1959.

JOLIVET, Régis. **Tratado de filosofia I**: introdução geral, lógica e cosmologia. 4. ed. Tradução de Geraldo Pinheiro Machado. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1969.

LAUAND, Luiz Jean. Introdução. In: AQUINO, Tomás de. **Sobre o ensino (De magistro) - Os sete pecados capitais**. Seleção, tradução e introdução de Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAUAND, Luiz Jean. **Aspectos do ensino na filosofia da educação de Tomás de Aquino** (notas de conferência proferida no I Colóquio Filosofia e Educação – “Educação e Educadores”, Feusp, 04.10.2004). Disponível em: <<https://www.hottopos.com/rih8/jean.htm>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

MARITAIN, Jacques. **Sete lições sobre o ser e os primeiros princípios da razão especulativa**. Tradução de Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 1996.

MAYER, Mary Helen. A filosofia pedagógica de Sto. Tomás de Aquino. In: **Filosofia da educação de Sto. Tomás de Aquino**. São Paulo: Livraria Editora ODEON, 1936. p. 125-229.

MOURA, Odilão. Sumário dos capítulos e Anotações ao texto. In: AQUINO, Tomás de. **O ente e a essência**: texto latino e português. Tradução e comentários de Odilão Moura. Rio de Janeiro: Presença, 1981. p. 103-180.

OLIVA, Adriano; IMBACH, Ruedi. **A filosofia de Tomás de Aquino**: elementos essenciais. Tradução de André Luís Tavares. São Paulo, Editora Loyola, 2021.

OLIVEIRA, Andrews, A. Empirismo e Metafísica no processo intelectual do conhecimento no *De Magistro* de Tomás de Aquino. Dissertação de Mestrado, 2024, p.74. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50912> Acesso em: 18 dez 2024.

PUNTEL, Lorenz. **Em busca do objeto e do estatuto teórico da filosofia**: estudos críticos na perspectiva histórico-filosófica. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

REALE, Giovanni. **História da filosofia**: Platão e Aristóteles. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola: 1994. v. 2.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da filosofia**: Patrística e Escolástica. 4. ed. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Paulus, 2011. v. 2.

SANTOS, Patrícia Aparecida Cezário dos; LOPES, Maria Inácia; PRADO, João Batista Ferraz do. **Uma análise dos fundamentos da filosofia da educação de Santo Tomás de Aquino**. 2011. Disponível em: <<https://www.catolicadeanapolis.com.br/pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

SILVEIRA, Sidney. **Cosmogonia da desordem**: exegese do declínio espiritual do Ocidente. Campinas: Vide Editorial, 2024.

TORREL, Jean Pierre. **Iniciação a Santo Tomás de Aquino**: sua pessoa e sua obra. Tradução de Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

AGRADECIMENTOS

Ad maiorem Dei gloriam! Sou imensamente grato à minha avó e ao meu pai pelo apoio e dedicação em minha formação, por cada palavra de conselho que me ofereceram em nossas conversas, sempre em vista do bem. Agradeço aos meus familiares e amigos da UFPE, especialmente aos seminaristas e padres religiosos do Seminário de Olinda e Recife, por todos os incentivos, pelas ajudas e pelas tantas e ricas conversas sobre filosofia.

Igualmente, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos, pelos diálogos e pelas aulas tão ricas em conteúdo e cheias de boas histórias no grupo de estudos, que fortaleceram o meu amor pela Filosofia Medieval. Agradeço também ao Prof. Dr. Suzano, por enriquecer meu apreço e admiração pela docência.

Sou grato ainda à minha sogra por todo o apoio oferecido ao longo da minha formação e, por fim, mas não menos importante, agradeço à minha noiva por me acompanhar nesta jornada e por partilhar comigo este amor pelos estudos literários e filosóficos.